



Fundação Carlos Chagas

TEXTOS FCC

18/99

O ENSINO MÉDIO NO BRASIL NESTE FINAL DO
SÉCULO: UMA ANÁLISE DE INDICADORES

Dagmar M.L. Zibas
Maria Laura P. Barbosa Franco

Departamento de Pesquisas Educacionais

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

18/99

**O ENSINO MÉDIO NO BRASIL NESTE FINAL DO
SÉCULO: UMA ANÁLISE DE INDICADORES**

Dagmar M.L. Zibas
Maria Laura P. Barbosa Franco

1999

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

DIRETORIA

Rubens Murillo Marques
Diretor-Presidente

Gerhard Malnic
Diretor Vice-Presidente

Nelson Fontana Margarido
Diretor Secretário Geral

Catharina Maria Wilma Brandi
Diretora Secretária

Magid Iunes
Diretor Tesoureiro Geral

Eugênio Aquarone
Diretor Tesoureiro

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Coordenação
Bernardete Angelina Gatti

Ficha Catalográfica elaborada pela

Biblioteca Ana Maria Poppovic

ZIBAS, Dagmar M. L., FRANCO, Maria Laura P. Barbosa.
Z62e O Ensino médio no Brasil neste final do século: uma análise
de indicadores / Dagmar M. L. Zibas e Maria Laura P. Barbosa
Franco. São Paulo : FCC/DPE, 1999.
64p. – (Textos FCC, 18)

1. Ensino Médio 2. Ensino de 2º Grau 3. Políticas Públicas
4. Dados Estatísticos I. FRANCO, Maria Laura P. Barbosa II.
Título III. Série

CDU: 371.1

SUMÁRIO

O ENSINO MÉDIO NO BRASIL NESTE FINAL DO SÉCULO: UMA ANÁLISE DE INDICADORES

Introdução	01
1) Número de municípios que oferecem Ensino Médio.....	04
2) Funções docentes: formação.....	08
3) Distribuição e Evolução da Matrícula Inicial	12
4) População entre 15 e 19 anos e matrícula inicial no Ensino Médio	16
5) Matrícula Inicial na Educação Média por Dependência Administrativa	19
6) Matrícula Inicial e Distribuição por faixa etária	26
7) Matrícula inicial: evolução por série	28
8) Matrícula inicial, por série e sexo.....	30
9) Taxa de distorção idade/série.....	34
10) Matrícula inicial e o período noturno.....	38
11) Taxas de aprovação e reprovação.....	43
12) Número de concluintes.....	49
13) Habilitações.....	51
14) Número de Estabelecimentos e Número de Alunos, segundo a existência de Laboratório de Informática.....	56
Considerações Finais	61

RELAÇÃO DE TABELAS

<i>Nº</i>	<i>Título</i>
1	Ensino Médio – Número de Municípios que Oferecem Ensino Médio – Brasil e Unidades da Federação – 1997
2	Ensino Médio – Funções Docentes com Formação Superior – Brasil e Regiões – 1975 – 1996
3	Ensino Médio – Distribuição e Evolução da Matrícula Inicial por Região e Unidades da Federação mais Representativas – Brasil – 1994 e 1997
4	População entre 15 e 19 anos e Matrícula Inicial no Ensino Médio- Brasil e Regiões – 1997
5	Ensino Médio – Matrícula Inicial na Educação Média por Dependência Administrativa - Brasil e Regiões – 1997
6	Ensino Médio – Matrícula Inicial na Educação Média por Dependência Administrativa - Brasil e Regiões – 1985 – 1997
7	Ensino Médio – Matrícula Inicial e Distribuição por Faixa Etária – Brasil e Regiões – 1997
8	Ensino Médio – Evolução da Matrícula Inicial – por Série – Brasil – 1991 – 1997
9	Ensino Médio – matrícula Inicial por Série e Sexo – Brasil e Regiões – 1996
10	Ensino Médio – Taxa de Distorção Série/Idade – Brasil e Regiões – 1996
11	Ensino Médio - Taxa de Distorção Série/Idade – Brasil – 1985 – 1996
12	Ensino Médio - Matrícula Inicial e Participação do Período Noturno por Dependência Administrativa – Brasil e Regiões – 1989 – 1997
13	Ensino Médio - Taxa de Aprovação, por Série – 1995 – 1996
14	Ensino Médio - Taxa de Reprovação por Série – 1995 – 1996
15	Ensino Médio - Número de Concluintes por Dependência Administrativa – Brasil – 1980 – 1996
16	Ensino Médio - Habilitações com Maior Número de Alunos e Percentual em relação ao Total – Brasil – 1989 – 1997
17	Ensino Médio - Matrícula Inicial na Habilitação magistério – Brasil e Regiões – 1989 – 1997
18	Ensino Médio - Número de Estabelecimentos e Número de Alunos segundo a Existência de Laboratório de Informática e/ou Laboratório de Ciências – Brasil e Unidades da Federação - 1997

RELAÇÃO DE GRÁFICOS

<i>Nº</i>	<i>Título</i>
1	<i>Percentual de Municípios que Oferecem o Ensino Médio, Brasil e Regiões – 1997</i>
2	Proporção de Docentes com Formação Superior, Brasil – 1975-1996
3	Percentual de Funções Docente com Formação Superior, Brasil e Regiões – 1996
4	Distribuição de Matrícula Inicial por Região – 1997
5	Matrícula Inicial por Unidades da Federação mais Representativas – Brasil – 1997
6	Evolução da Matrícula Inicial, Brasil e Regiões – 1994-1997
7	Número de Jovens de 15 a 19 anos, número e percentuais de matrículas no ensino médio, por regiões, Brasil - 1997
8	Porcentagem de Matrículas Iniciais por Dependências Administrativas, Brasil e Regiões – 1997
9	Evolução de Matrícula Inicial, Brasil e Regiões – 1985-1997
10	Proporção de Alunos Matriculados com Idade de 15 a 17 anos, Brasil e Regiões – 1996
11	Evolução da Matrícula Inicial, Brasil – 1991-1997
12	Evolução Percentual da Matrícula Inicial por Série, Brasil – 1991-1997
13	Matrícula Inicial, por Série e Sexo, Brasil e Regiões – 1996
14	Taxa de Distorção série/idade, Brasil - 1985-1997
15	Taxa de Distorção série/idade, Brasil e Regiões – 1996
16	Participação da Matrícula no Período Noturno, Brasil e Regiões 1989 – 1997
17	Participação da Matrícula no Período Noturno, por Dependência Administrativa, Brasil 1989 – 1997
18	Taxa de Aprovação, Brasil 1995 – 1996
19	Taxa de Aprovação, por Série, Brasil 1996 – 1996
20	Taxa de Aprovação, por Série – Brasil e Regiões 1996
21	Taxa de Reprovação, Brasil e Regiões - 1995 – 1996
22	Percentual de Reprovação, por Série – Brasil 1995 – 1996
23	Taxa de Reprovação, por Série - Brasil e Regiões - 1996
24	Número de Concluintes por Dependência Administrativa, Brasil – 1980-1996
25	Evolução da Matrícula por Habilitações com Maior Número de Alunos, Brasil - 1989-1997
26	Evolução da Matrícula na Habilitação Magistério Brasil – 1989 – 1997
27	Percentual de Estabelecimentos, segundo a Existência de Laboratório de Informática e/ou Laboratório de Ciências – Brasil e Regiões – 1997
28	Percentual de Nº de Alunos que Estudam em Estabelecimentos, que possuem Laboratório de Informática e/ou Laboratório de Ciências – Brasil e Regiões – 1997

INTRODUÇÃO

Diversos estudos nacionais e internacionais têm, exaustivamente, demonstrado que, em países como o nosso, o avanço da escolaridade de grau médio é condição indispensável -- embora não suficiente -- para o progresso econômico, bem como para a melhoria das condições sociais e para o fortalecimento da cidadania.

Tal evidência tem colocado em pauta a necessidade de acompanhamento constante do Ensino Médio, seja por meio de análise dos desdobramentos da legislação pertinente à sua estrutura, ao seu funcionamento e à sua organização curricular, seja através da interpretação de dados estatísticos.

No âmbito das estatísticas educacionais, historicamente, os estudos interpretativos sempre se depararam com a pouca fidedignidade dos números disponíveis. Nos últimos anos, todavia, as fontes de dados tornaram-se bastante confiáveis, fato esse que tem conseqüências importantes no campo de políticas públicas. Por exemplo, os números do final dos anos 80 já mostravam, de maneira consistente, um retrato muito desfavorável de nossa escola média em comparação a outros países da América Latina. De acordo com o Anuário Estatístico da UNESCO de 1990, as taxas de matrícula de estudantes no ensino secundário, para as idades correspondentes, estavam, ao final da década passada, em mais de 70% em países como Chile, Argentina, República Dominicana e Uruguai, chegando a 91% em Cuba. No caso brasileiro, números já bastante fidedignos, divulgados por Goldenberg (1993)¹, davam conta de que, em 1990, era de apenas 16,7% a taxa de jovens entre 15 e 19 anos matriculados em nosso Ensino Médio. Essa situação constrangedora, tornada muito visível por meio de estatísticas mais precisas, sem dúvida, serviram de incentivo para a maior atenção, conferida, desde então, aos problemas e dificuldades da escola média.

No decorrer desta década, o contínuo aprimoramento das estatísticas tem facilitado a constatação da grande elevação dos índices de inscrição no 2o. Grau, principalmente nos

¹ Goldenberg, José. O repensar da educação no Brasil. São Paulo: USP/IEA, 1993 (mimeo). (Coleção Documento).

primeiros anos da década. Em comparação aos 16,7% de 1990, acima mencionados, foi possível registrar que, em 1994, para a faixa etária de 15 a 19 anos, a porcentagem de alunos matriculados no nível médio já atingia 32,2% (Zibas & Franco, 1997)². Esse acelerado ritmo de expansão, entretanto, não deve empalidecer o fato de que os números estavam ainda muito aquém das nossas necessidades sociais, econômicas e políticas.

Por outro lado, se enfocarmos a história da legislação educacional, verificaremos que, nas últimas quatro décadas, as diferentes reformas da nossa escola média têm representado, principalmente, tentativas de superar a contradição social básica que recai sobre esse nível de ensino. Ou seja, os diferentes projetos, que se sucedem desde os anos 60, têm tido, entre outros, o objetivo, nem sempre explícito, de elidir a evidência de que é no nível pós-fundamental que o destino social do aluno -- destino esse determinado, na maior parte dos casos, por sua origem familiar -- incide mais fortemente sobre a escola. Tal incidência põe a nu a fragilidade da educação para desempenhar a tarefa que freqüentemente lhe é atribuída: a de vencer as desigualdades da estrutura social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961, consagrou o princípio da equivalência entre os cursos propedêuticos e técnicos no que concerne ao direito de prosseguimento dos estudos em nível superior. Esta era uma reivindicação popular desde os anos 40, que foi paulatinamente absorvida pela legislação até a sua inclusão definitiva e plena na LDB de 1961. No entanto, essa normatização não foi suficiente para diminuir a diferença de *status* (e, na maior parte das vezes, de qualidade) entre os dois ramos de ensino.

A profissionalização compulsória, introduzida pela Lei 5692/71 e já exaustivamente analisada e criticada em todos os seus pressupostos e conseqüências, também pode ser caracterizada como tentativa de conferir, ao então chamado 2o. Grau, uma unidade que superasse a diversidade dos destinos sociais inerente ao conjunto de seus alunos. O anunciado fracasso dessa proposta, derrubada por lei de 1982, devolveu a escola média

² Zibas & Franco. Diagnóstico Quantitativo do Ensino Médio no Brasil. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1997. Coleção Textos FCC, nº 12/97.

ao terreno nebuloso da falta de identidade, só agora abalado pela reforma recentemente aprovada (Decreto 2208 de 17.4.97, que regulamenta o parágrafo 2 do Artigo 36 e os Artigos 39 a 42 da Lei 9394 [LDB] de 20.12.96).

Ao definir o Ensino Médio como continuação do Ensino Fundamental e ao afastá-lo dos conteúdos técnico-profissionais (que serão reunidos em cursos isolados, modulares), a nova legislação tenta contornar de forma hábil a contradição social básica que vimos discutindo, propondo uma nova identidade para esse nível de escolaridade, identidade essa baseada em uma estrutura única e em objetivos homogêneos. A flexibilização contemplada na lei, principalmente os 25% da carga horária que deverão ser definidos localmente, não fragiliza o contorno muito nítido do novo perfil prescrito. Esse desenho estrutural, no entanto, vem dificultar ainda mais as opções educacionais dos estudantes-trabalhadores, os quais, como é evidente, não conseguirão frequentar concomitantemente dois cursos distintos, obrigatórios para a obtenção do título de técnico de nível médio. Paradoxalmente, portanto, a legislação, que visa conferir identidade ao nível pós-fundamental, facilita um retorno à rede dual de ensino, com um ramo de grau médio, que possibilitará a continuação de estudos em nível superior, e cursos profissionalizantes, modulares, os quais, uma vez isolados do Ensino Médio, serão terminais.

Além disso, como se sabe, a atual reorganização estrutural vem acompanhada de novas diretrizes curriculares, segundo as quais as disciplinas devem ser trabalhadas de forma articulada, em áreas de conhecimento.

Nesse cenário de grandes inovações, é necessário, mais do que nunca, manter sempre atualizados os indicadores quantitativos, submetendo-os constantemente a análises que tracem o panorama evolutivo do Ensino Médio, construindo diagnósticos e prognósticos que orientem novas ações dos órgãos centrais, seja para reforçar diretrizes já traçadas, seja para corrigir efeitos não desejados. Este texto, trabalhando com séries históricas e com o ano-base de 1997, portanto, anteriores à introdução das reformas, poderá, sem dúvida, servir de termo de comparação para estudos futuros, que lidarão com os números já afetados pela nova legislação.

1) Número de municípios que oferecem Ensino Médio

Tabela 1³

**Ensino Médio - Número de Municípios que Oferecem Ensino Médio
Brasil e Unidades da Federação - 1997**

Unidade da Federação	Número de Municípios						
	Total	Sem Ensino Médio		Com Ensino Médio			
		Total	%	Incompleto	%	Completo	%
Brasil	5.507	609	11,1	193	3,5	4.705	85,4
Norte	449	55	12,2	34	7,6	360	80,2
Rondônia	52	10	19,2	5	9,6	37	71,2
Acre	22	9	40,9	1	4,5	12	54,5
Amazonas	62	4	6,5	1	1,6	57	91,9
Roraima	15	-	-	2	13,3	13	86,7
Pará	143	11	7,7	7	4,9	125	87,4
Amapá	16	1	6,3	6	37,5	9	56,3
Tocantins	139	20	14,4	12	8,6	107	77,0
Nordeste	1.787	301	16,8	79	4,4	1.407	78,7
Maranhão	217	42	19,4	12	5,5	163	75,1
Piauí	221	137	62,0	8	3,6	76	34,4
Ceará	184	11	6,0	7	3,8	166	90,2
Rio Grande do Norte	166	12	7,2	6	3,6	148	89,2
Paraíba	223	55	24,7	11	4,9	157	70,4
Pernambuco	185	1	0,5	2	1,1	182	98,4
Alagoas	101	22	21,8	3	3,0	76	75,2
Sergipe	75	6	8,0	22	29,3	47	62,7
Bahia	415	15	3,6	8	1,9	392	94,5
Sudeste	1.666	112	6,7	32	1,9	1.522	91,4
Minas Gerais	853	101	11,8	26	3,0	726	85,1
Espírito Santo	77	-	-	-	-	77	100,0
Rio de Janeiro	91	-	-	-	-	91	100,0
São Paulo	645	11	1,7	6	0,9	628	97,4
Sul	1.159	135	11,6	37	3,2	987	85,2
Paraná	399	11	2,8	5	1,3	383	96,0
Santa Catarina	293	15	5,1	17	5,8	261	89,1
Rio Grande do Sul	467	109	23,3	15	3,2	343	73,4
Centro-Oeste	446	6	1,3	11	2,5	429	96,2
Mato Grosso do Sul	77	-	-	1	1,3	76	98,7
Mato Grosso	126	1	0,8	6	4,8	119	94,4
Goiás	242	5	2,1	4	1,7	233	96,3
Distrito Federal	1	-	-	-	-	1	100,0

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Em vista do histórico quadro das carências sociais brasileiras, pode-se dizer que o índice de 11,1% de municípios do País, que não contam com Ensino Médio, sinaliza uma distribuição bastante razoável dessa rede no território nacional.

³ As tabelas e gráficos aqui analisados estão disponíveis no documento Informe Estatístico, 1998, do MEC, no *site* www.mec.gov.br

No entanto, se compararmos a taxa acima com aquela referente a 1994, vamos constatar que, em termos relativos, a cobertura proporcionada pela rede piorou, uma vez que, em 94, a taxa de municípios não servidos por escolas de grau médio era de 10,4%. Por outro lado, é preciso notar que, em termos absolutos, houve um crescimento do número de municípios que contam com escolas médias. Evidentemente, a discrepância registrada (decréscimo relativo x crescimento absoluto) se dá em vista da criação de novas unidades municipais. Ou seja, em 1994, 4.494 municípios tinham estabelecimentos de Ensino Médio; em 1997, esse número aumentou para 4.898. Todavia, entre 1994 e 1997 o número de municípios brasileiros passou de 4.973 para 5.507. Nesse quadro, a expansão da rede não acompanhou “pari passu” o crescimento do número de municípios.

Na Tabela 1, ao focalizarmos os estados da federação, alguns números chamam, de imediato, nossa atenção. Por exemplo, apenas Rio de Janeiro e Espírito Santo têm 100% de seus municípios cobertos pela rede de Ensino Médio completo.

Como seria de se esperar e como está bem ilustrado no Gráfico 1, as piores distribuições da rede estão em estados do Norte e Nordeste; ou seja, pode-se dizer que a distribuição geográfica da escola média corresponde, grosso modo, à taxa de desenvolvimento econômico regional.

Piauí, considerado um dos estados mais pobre da Federação, apresenta o pior índice do País, com 62% de seus municípios sem Ensino Médio. No Norte, é o Acre, com 40,9% de municípios descobertos, que detém a pior taxa, que é, também, a segunda mais alta do País. Nas duas regiões - Norte e Nordeste - , no entanto, há grandes contrastes. Roraima, por exemplo, atinge 100% de cobertura, se computarmos cursos médios completos (presentes em 86,7% dos municípios) e incompletos (localizados nos 13,3% restantes). No Nordeste, destaca-se Pernambuco, onde apenas um de seus 185 municípios não possui escolas de Ensino Médio.

Entre os quatro estados do Sudeste, Minas Gerais tem o pior índice: 11,8% de seus municípios não estão cobertos pela rede de 2o. grau. São Paulo também não tem sua rede estabelecida em todas as unidades que compõem o estado, mas entre os seus 645 municípios (em 1997), apenas 11 (1,7%) não contavam com escolas médias.

O Centro-Oeste é a região com melhor distribuição da rede, a qual cobre 98,7% dos municípios. Pode-se supor que essa alta cobertura esteja relacionada não somente ao nível econômico da região, mas também à maior extensão dos municípios. Em outras palavras, como o tamanho dos municípios nos estados do Centro-Oeste é, em geral, maior do que os de outros estados, fica difícil transportar os alunos de um município, sem escola média, para outro que disponha desse grau de ensino, como pode acontecer em outras regiões, onde as sedes municipais podem estar bem próximas umas das outras.

Nesse aspecto, o Rio Grande do Sul pode ser um exemplo contrário ao Centro Oeste. Ou seja, entre os estados da região Sul, o Rio Grande destaca-se por seu alto índice (23,3%) de municípios sem escola média. Como se trata de estado com baixo índice de analfabetismo e de bom desenvolvimento econômico, pode-se supor que os residentes em municípios, que não contam com Ensino Médio, continuem seus estudos, depois do nível fundamental, fazendo viagens a municípios vizinhos que disponham de escolas de 2o. grau. Essa, evidentemente, é uma hipótese a ser confirmada por outros levantamentos.

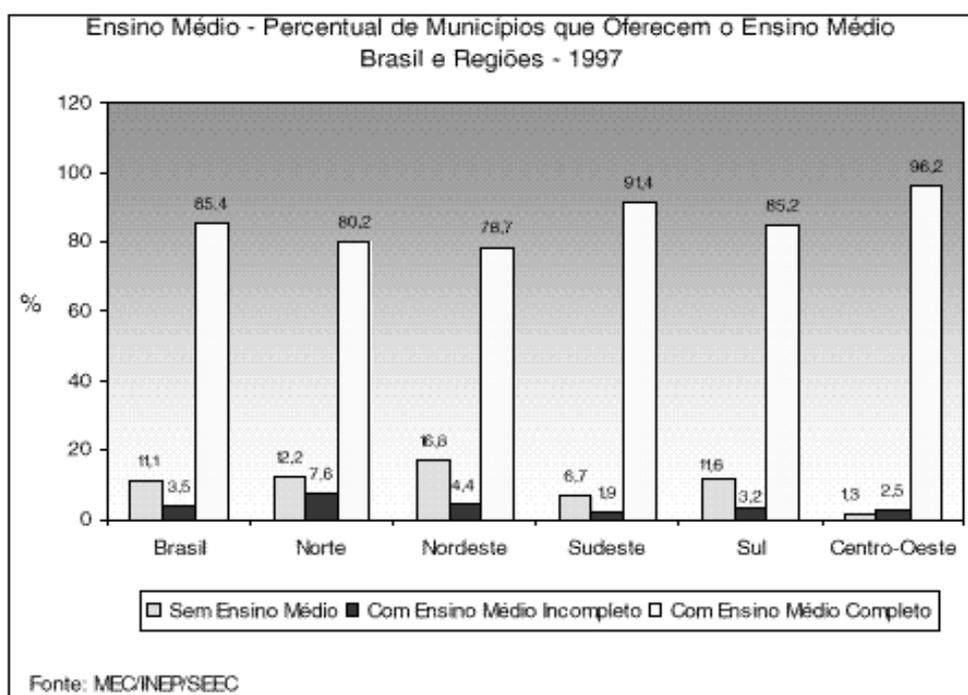
Sobre esse tema, convém, no entanto, salientar que há determinadas orientações políticas que podem minimizar o indicador “número de municípios que contam com Ensino Médio”. É o caso, por exemplo, das diretrizes adotadas em 1998 pelo governo de Minas Gerais. A partir daquele ano, através do processo denominado “nucleação”, alguns municípios deixariam de contar com escola de Ensino Médio. Seus alunos seriam transportados em ônibus até outro município (em um raio de não mais de 50 km). Com esse programa, todos os alunos da 1a. à 3a série do Ensino Médio seriam distribuídos em 1.350 escolas estaduais, que funcionariam com sua capacidade máxima.

A medida buscava proporcionar melhoria das escolas e economia dos gastos, já que muitas delas funcionavam com um número de alunos inferior à sua capacidade. As escolas nucleadas deveriam ser equipadas com central de computadores e de língua estrangeira, biblioteca e *kit* de laboratório.

Se prevalecer tal política, não só em Minas como em outros estados, a análise de número de municípios que dispõem de Ensino Médio não será mais válida como indicador da cobertura da rede. Evidentemente, é preciso contrapor às vantagens essencialmente econômicas, que parecem dirigir esse tipo de política, as reais condições de cada região, não somente no que diz respeito à distância entre municípios, como às condições das estradas, dos veículos disponíveis e das escolas. Para alunos-trabalhadores de cursos noturnos, o deslocamento a grandes distâncias (embora não superiores a 50 km, como determinado no caso de Minas Gerais) pode significar um sacrifício que dificulte ainda mais a continuação dos estudos.

O gráfico 1 ilustra bem a distribuição das escolas médias entre os municípios brasileiros.

Gráfico 1



2) Funções docentes: formação

Tabela 2

**Ensino Médio - Funções Docentes com Formação Superior
Brasil e Regiões - 1975-1996**

Ano	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1975	133.070	64,8	2.702	58,4	22.657	44,8	74.852	71,7	27.202	66,4	5.657	48,5
1980	198.087	75,1	5.129	64,2	35.055	54,1	107.414	83,6	41.417	75,6	9.072	59,5
1988	230.639	83,6	8.121	81,1	51.425	67,6	114.283	90,5	40.936	89,2	15.874	72,9
1996	326.827	86,4	16.704	79,4	70.555	74,9	156.918	91,7	58.266	91,0	24.384	79,3

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Se compararmos os dois extremos da Tabela 2 -- 1975 e 1996 -- vamos constatar que, nesse período de 21 anos, houve, em todas as regiões, considerável crescimento da proporção das funções docentes com formação superior. A quantificação desse crescimento pode ser visualizada da seguinte forma.

Região Norte: em 1975, em cada grupo de 100 funções docentes, 58 eram exercidas por profissional com curso superior. Na mesma região, em 1996, 86 funções docentes em cada grupo de 100 eram exercidas por professores com 3^o Grau, um aumento, portanto de, aproximadamente, 21,0% no período considerado. Usando o mesmo raciocínio, podemos dizer que, entre 1975 e 1996, o Nordeste teve um aumento de 30,1% das funções docentes com curso superior; Sudeste: 20%; Sul: 24,6%; Centro-Oeste: 30,8%.

Além disso, a Tabela 2 demonstra que, no período 1975-1996, o maior aumento se deu nas duas regiões onde, no ano de 1975, a proporção de funções docentes com nível superior estava abaixo de 50% (Nordeste e Centro-Oeste).

Ao focalizarmos apenas o ano de 1996 (Gráfico 3), vemos que, como seria previsível, a situação do Sul e Sudeste, com relação às funções docentes com formação superior, é melhor do que as demais regiões, pois 91,7% daquelas funções, no Sudeste, e 91% , no Sul, são exercidas por profissionais com qualificação superior. É de se notar, todavia, que, embora inferiores às taxas do Sul e Sudeste, não chegam a ser alarmantes --

principalmente tendo em vista o quadro de carências sociais generalizadas -- os números referentes ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde, respectivamente, 79,4%, 74,9% e 79,3% das funções docentes são ocupadas por professores com formação superior.

Por outro lado, o gráfico 3 é eloqüente em mostrar que, tomando-se o País como um todo, a evolução da proporção funções de docentes com formação superior foi mais acentuada entre 1975 e 1980 (período de 5 anos), do que entre 1988 e 1996 (período de 8 anos). Ao tomarmos as regiões separadamente, a mesma tendência se verifica; ou seja, em todas elas o crescimento de funções docentes com qualificação superior aumentou mais entre 1975 e 1980, do que entre 1988 e 1996. Aliás, para a região Norte, no último período considerado (1988/1986), houve até um pequeno decréscimo de funções docentes com formação superior.

Os Gráficos 2 e 3 ilustram bem a distribuição e a evolução da formação docente com formação superior.

Gráfico 2

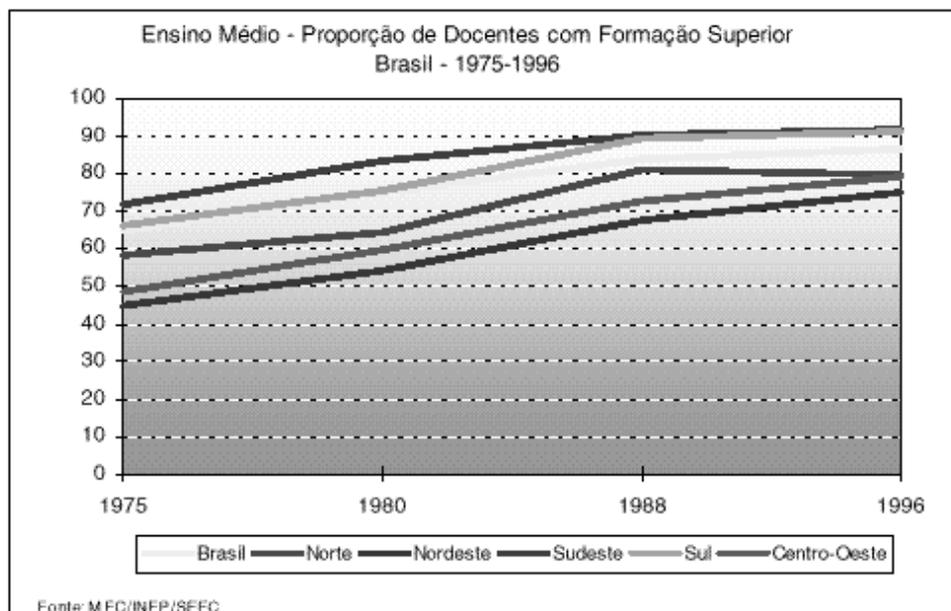
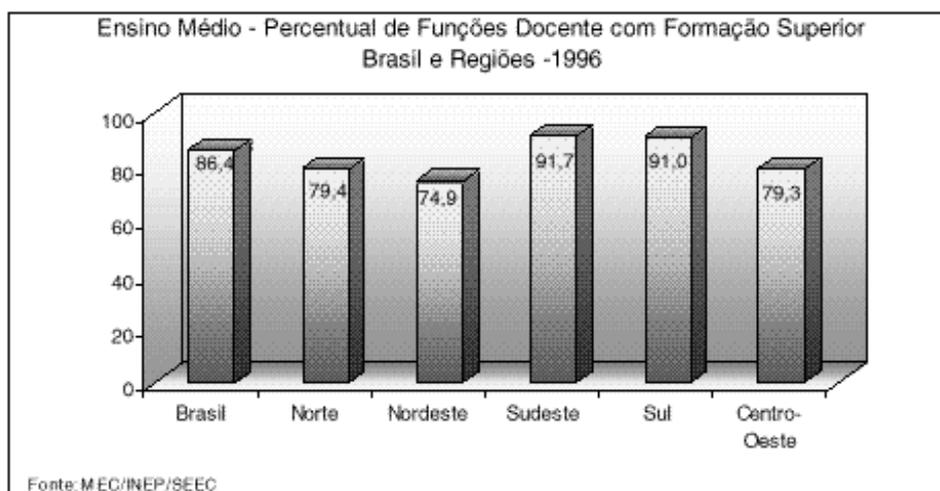


Gráfico 3



Todos os números acima analisados devem, todavia, ser relativizados por duas razões. Em primeiro lugar, é de se notar que a Tabela 2 não especifica se a formação superior, atribuída às funções docentes, é completa ou incompleta. Em segundo lugar, seria necessário ter claro se a formação superior do professor corresponde realmente à disciplina que leciona. Essas ressalvas são pertinentes porque dados das Secretarias Estaduais e de diversas pesquisas têm mostrado que é muito freqüente, no Ensino Médio, a alocação de aulas para estudantes universitários das mais diversas áreas ou para portadores de diplomas de cursos superiores não condizentes com o magistério do Ensino Médio. Nesse quadro, a pesquisa de Patinha (1999)⁴, realizada junto a 50 Delegacias de Ensino do Estado de São Paulo, constatou que, aproximadamente, 30% das aulas, distribuídas pelas delegacias pesquisadas, estão alocados para profissionais não habilitados ao magistério. As disciplinas mais desguarnecidas de professores habilitados são Português e Matemática. Alunos dos cursos de Pedagogia são autorizados a lecionar Geografia, Ciências, Português, Educação Artística etc. Aulas de inglês são atribuídas a qualquer profissional ou estudante de ensino superior que apresente diploma de cursos livres de idioma. Entre os professores de Matemática, Física, Química e Biologia estão, principalmente, os estudantes ou formados em Engenharia, Administração de Empresas, Enfermagem, Agronomia etc. Se esta é a

⁴ Patinha, Vitalina A. Professores não habilitados: um sinal da crise na educação. Tese (doutorado). São Paulo, PUC, 1999.

situação em São Paulo, pode-se inferir que o panorama, na maior parte os estados, não deve ser melhor.

As causas dessa desprofissionalização da docência são inúmeras e conhecidas. A já histórica desvalorização do magistério, as difíceis condições de trabalho, os baixos salários e a conseqüente perda de status social são alguns dos fatores arrolados. Tal desprofissionalização faz com que haja uma intensa rotatividade docente em cada escola, pois os estudantes ou os profissionais de outras áreas apenas permanecem no magistério o tempo necessário para arrumar outra ocupação mais condizente com sua formação e/ou aspirações. Nesse quadro de desprofissionalização e rotatividade, programas de educação continuada, voltados para a formação docente, tendem a desperdiçar muito dos sempre insuficientes recursos disponíveis.

No entanto, o atual aumento alarmante do desemprego em todo o País tem feito com que alguns analistas antevejam uma melhoria na estabilidade do magistério, já que seria um setor pouco afetado pela crise.

3) Distribuição e Evolução da Matrícula Inicial

Tabela 3

ENSINO MÉDIO - Distribuição e Evolução da Matrícula Inicial por Região e Unidades da Federação mais Representativas - Brasil - 1994 e 1997

Unidade da Federação	1994	%	1997	%	Evolução
	Total Número		Total Número		1994/1997 %
Brasil	5.073.307	100,0	6.405.057	100,0	26,2
Norte	313.283	6,2	435.160	6,8	38,9
Nordeste	1.018.575	20,1	1.353.691	21,1	33,8
Sudeste	2.594.514	51,1	3.140.823	49,0	21,0
Sul	795.324	15,7	1.018.324	15,9	28,0
Centro-Oeste	351.611	6,9	457.059	7,1	29,9
São Paulo	1.612.062	31,8	1.818.288	28,4	12,7
Minas Gerais	465.754	9,2	660.575	10,3	41,8
Rio de Janeiro	408.403	8,1	525.794	8,2	28,7
Paraná	351.738	6,9	426.306	6,7	21,1
Rio Grande do Sul	292.100	5,8	387.483	6,0	32,6
Bahia	230.274	4,5	370.256	5,8	60,7
Pernambuco	236.139	4,7	282.542	4,4	19,6

Fonte: MEC/INEP/SEEC

A primeira evidência fornecida pela Tabela 3 diz respeito ao crescimento de 26,2% das matrículas iniciais no País, entre 1994 e 1997. Ao focalizarmos as regiões, chama atenção o fato de que o Sudeste apresenta a menor evolução no período (21,0%). O Norte e Nordeste destacam-se no quadro comparativo, com taxas de crescimento de 38,9% e 33,8%, respectivamente. Sul e Centro-Oeste assemelham-se quanto ao ritmo de evolução de matrículas iniciais dentro do período focalizado, com taxas de crescimento de 28,0% e 29,9%, respectivamente.

Os diferentes índices afetam, evidentemente, a posição de cada região na composição do universo de matrículas no Ensino Médio. Nesse sentido, verificamos o seguinte: o Sudeste que, em 1994, detinha 51,1% das matrículas de todo o País, passa, em 1997, a reunir 49,0% dessas matrículas. Como consequência, outras regiões mostram avanços na proporção de matrículas em relação ao conjunto de inscrições no Ensino Médio. O Nordeste, por exemplo, deslocou-se de um índice de 20,1% em 1994 para 21,1% em

1997, continuando a ocupar a segunda posição em taxas de matrículas iniciais no País. O Sul vem em terceiro lugar, com 15,9% das matrículas em 1997, tendo avançado 0,2% na proporção aqui estudada, em relação a 1994.

Considerando os estados mais representativos, o primeiro a nos chamar a atenção é São Paulo, com um crescimento de 12,7% das matrículas entre 1994 e 1997, o que constitui o mais baixo índice entre os estados analisados. Com esse desempenho, São Paulo, que reunia 31,8% das matrículas do País, em 1994, tem esse índice diminuído para 28,4%, em 1997.

A Bahia coloca-se no extremo oposto, com a mais alta taxa de aumento de matrículas no período 1994/1997 (60,7%). Esse avanço contribui para que o estado registre, em 1997, 5,8% de todas as matrículas do País, quando, em 1994, contava com 4,5% daquele universo.

Minas Gerais e Rio Grande do Sul também apresentam uma evolução considerável das inscrições iniciais no Ensino Médio entre 1994 e 1997, alcançando índices de crescimento de 41,8% (Minas) e 32,6% (Rio Grande). Essas taxas influem no sentido de fazer avançar a posição desses estados em relação ao total geral de matrículas no País. Ou seja, Minas, que detinha, em 1994, 9,2% das matrículas brasileiras, passa, em 1997, a registrar um índice de 10,3%. Em relação ao Rio Grande do Sul, a alteração da proporção aqui analisada é de +0,2% no período 1994/1997 (de 5,8% para 6,0%).

Entre os estados considerados, apenas dois, além de São Paulo, diminuíram a proporção de sua participação no conjunto das matrículas no País: Paraná e Pernambuco, embora ambos tenham registrado aumento de matrículas iniciais ao redor de 20% entre 1994 e 1997.

Os Gráficos 4, 5 e 6 ilustram bem diversas das considerações anteriormente efetuadas.

Por outro lado, em relação a todos os números da Tabela 3, é importante considerar o contingente populacional na faixa etária corresponde para melhor caracterização dos índices registrados. A Tabela 4 traz esses dados.

Gráfico 4

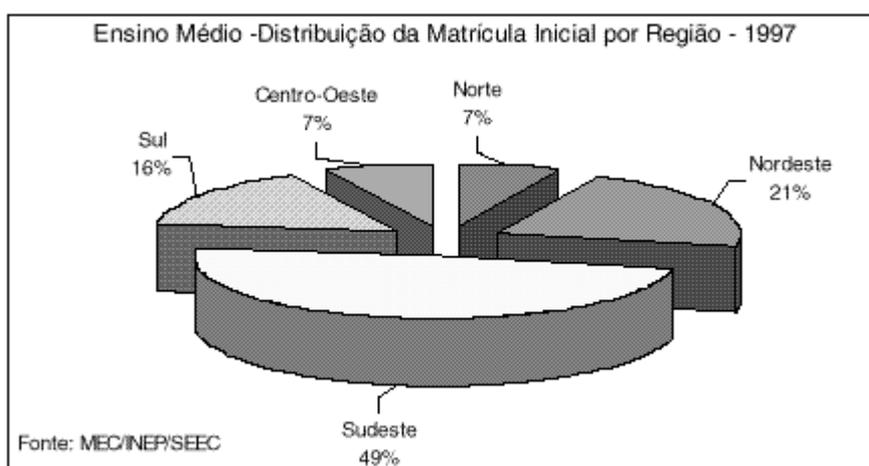


Gráfico 5

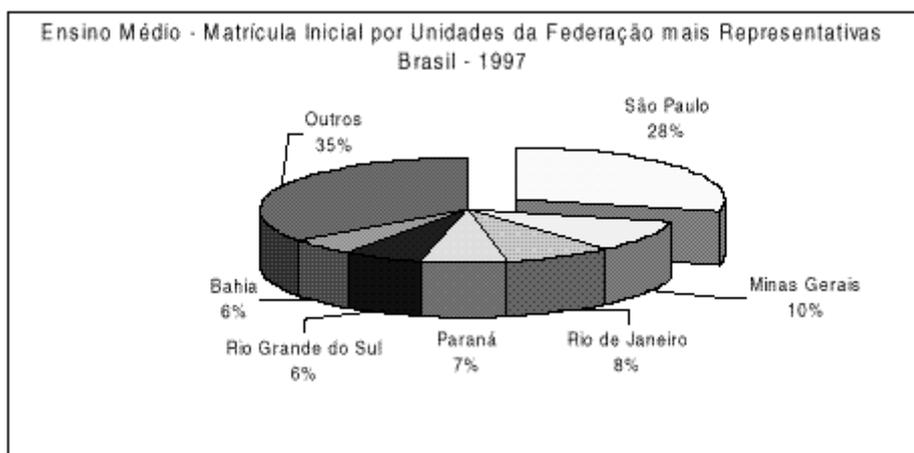
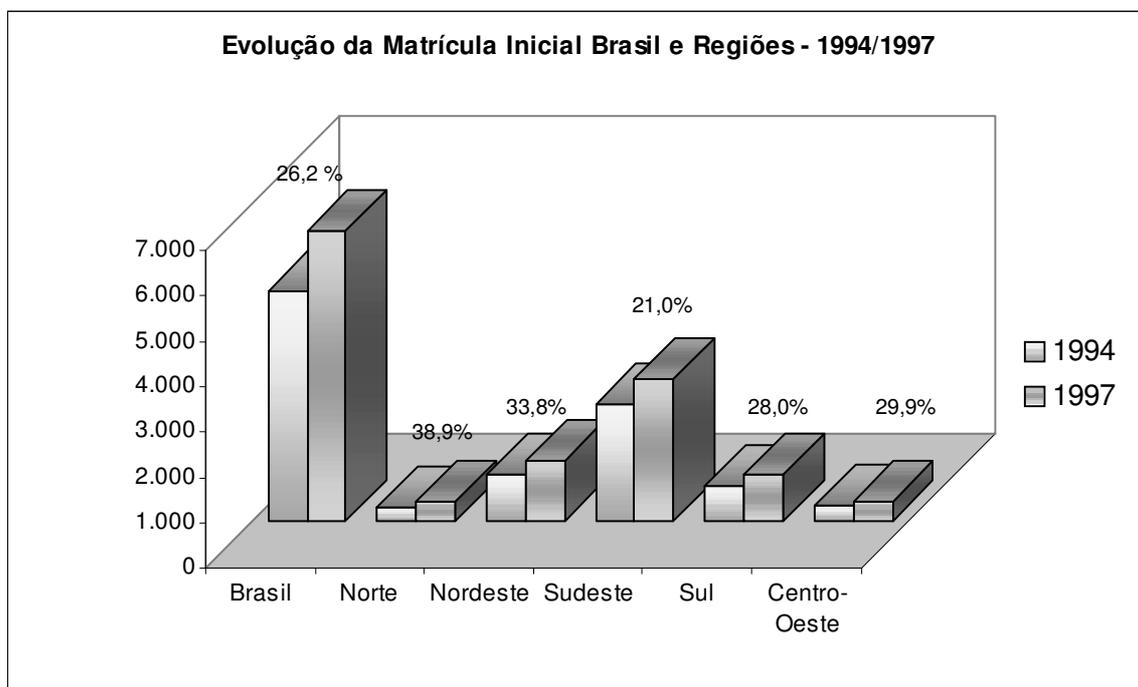


Gráfico 6



4) População entre 15 e 19 anos e matrícula inicial no Ensino Médio

Tabela 4

**População entre 15 e 19 anos e Matrícula Inicial no Ensino Médio -
Brasil e Regiões - 1997**

BRASIL E REGIÕES	População 15 - 19 anos	Matrícula Inicial	% de Matriculados no Ensino Médio
Brasil	16.571.186	6.405.057	38,6%
Norte	937.719 *	435.160	46,4%
Nordeste	5.215.469	1.353.691	25,9%
Sudeste	6.916.688	3.140.823	45,4%
Sul	2.317.290	1.018.324	43,9%
Centro-Oeste	1.184.020	457.059	38,6%

* Refere-se apenas a jovens residentes em áreas urbanas.

Fonte: estimativas populacionais fornecidas pelo SEADE especialmente para este trabalho.

Fonte dados Ensino Médio: MEC/INEP/SEEC

Embora a faixa etária ideal para frequência do Ensino Médio seja de 15 a 17 anos, a conhecida defasagem idade/série presente em todo sistema educacional no Brasil -- defasagem essa cuja especificidade para o Ensino Médio analisaremos mais adiante -- torna plausível considerar-se o segmento populacional 15/19 anos como o contingente teoricamente demandatário da educação média. Assim a Tabela 4 estabelece a comparação entre a população na faixa etária 15/19 anos e o número de matrículas iniciais no Ensino Médio. Tal cotejamento -- faixa etária pertinente "versus" matrículas -- se justifica porque se trata de um padrão estatístico internacional, inclusive utilizado nos Anuários Estatísticos da UNESCO, em estudos de comparação internacional.

Adotados esses parâmetros, o primeiro dado da Tabela 4 evidencia que, no Brasil, em 1997, havia um índice de escolarização no Ensino Médio, representado pelas matrículas iniciais comparadas com o total da população de 15 a 19 anos, de 38,6%. Já vimos, na introdução a este trabalho, que dados divulgados por Goldenberg (1993)⁵ apontavam que esse mesmo índice chegava apenas a 16,7% em 1990. Os números trabalhados por

⁵Op.cit.

Zibas & Franco (1997)⁶, usando o mesmo procedimento, registraram uma taxa de 32,2% em 1994. A proporção de 38,6%, apurada agora para o ano de 1997, evidencia uma evolução relevante entre 1994 e 1997, mas sem o extraordinário salto verificado entre os anos de 1990 e 1994.

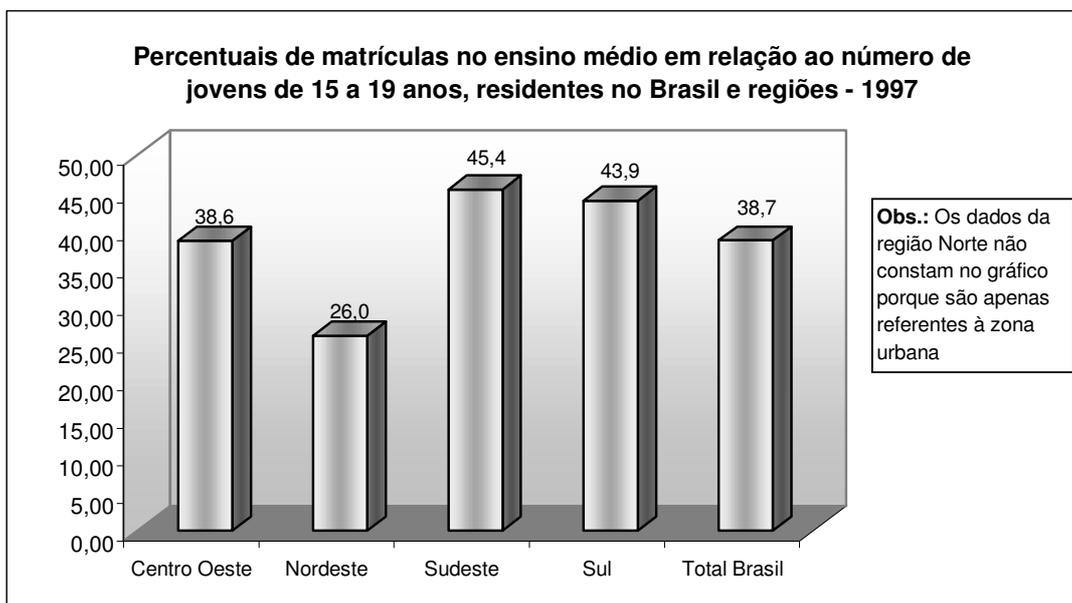
Em relação às regiões, a análise deve relativizar o índice de escolarização do Norte, uma vez que, ao contrário dos demais dados, esse foi construído apenas em relação à população urbana.

Por outro lado, o Nordeste apresenta uma taxa de escolarização de apenas 25,9%. Essa informação é importante, inclusive para uma leitura mais contextualizada dos dados da Tabela 3. Ou seja, vimos, naquela Tabela, que o Nordeste ocupa a segunda posição na distribuição de matrículas entre as regiões do País, englobando, em 1997, 21,1% do total as inscrições no Ensino Médio no Brasil. Nesse “ranking”, o Nordeste está à frente do Sul, que reúne apenas 15,9 % das matrículas nacionais. Todavia, por meio dos dados da Tabela 4, vemos que, como seria previsível, a escolarização no nível médio no Sul está bem mais avançada do que no Nordeste, dando uma cobertura de 43,9% quando cotejada com a faixa etária 15/19 anos.

De acordo com o procedimento adotado, o Sudeste mostra o melhor índice de escolarização do País (45,4%). Aqui, no entanto, torna-se necessário, também, ficar alerta para outras variáveis. Por exemplo, o menor nível de crescimento das matrículas em São Paulo (12,7%), no período 1994-1997 (Tabela 3), pode acabar comprometendo a taxa de escolarização do Sudeste, caso o ritmo da aumento não se acelere nos próximos anos.

⁶Op.cit.

Gráfico 7



5) Matrícula Inicial na Educação Média por Dependência Administrativa

Tabela 5

Ensino Médio - Matrícula Inicial na Educação Média por Dependência Administrativa - Brasil e Regiões - 1997

	Dependência Administrativa				
	Total Geral	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Brasil					
1997	6.405.057	131.278	4.644.671	362.043	1.267.065
%	100%	2,0%	72,5%	5,7%	19,8%
Norte					
1997	435.160	13.538	372.968	4.674	43.980
%	100%	3,1%	85,7%	1,0%	10,1%
Nordeste					
1997	1.353.691	40.776	805.469	197.396	310.050
%	100%	3,0%	59,5%	14,5%	22,9%
Sudeste					
1997	3.140.823	38.618	2.303.181	141.628	667.396
%	100%	1,2%	73,3%	4,5%	20,9%
Sul					
1997	1.018.324	28.592	800.911	9.745	179.076
%	100%	2,8%	78,6%	0,9%	17,2%
Centro Oeste					
1997	457.059	9.754	362.142	8.600	76.563
%	100%	2,1%	79,2%	1,8%	16,7%

Fonte números absolutos: MEC/INEP/SEEC

A Tabela 5 e o Gráfico 8 mostram que, no País como um todo, em 1997, a rede estadual detinha a grande maioria das matrículas iniciais do Ensino Médio (72,5%). A rede particular contava com menos de 20% dessas matrículas e as redes municipal e federal atendiam, respectivamente, apenas 5,7% e 2,0% dos alunos.

Para melhor dimensionarmos a evolução, nesta década, das matrículas iniciais por dependência administrativa, parece válido recorrermos ao estudo de Zibas & Franco (1997)⁷, já mencionado, que tem 1994 como ano-base para suas análises e permite estabelecer comparações com 1991 e com os dados atuais de 1997. Tomando os dois intervalos temporais 1991/1994 e 1994/1997, os números parecem indicar que, no Brasil

⁷ Op.cit.

como um todo, houve, no segundo período, uma diminuição de ritmo tanto no crescimento proporcional das redes estaduais, quanto no decréscimo proporcional da rede privada. Senão, vejamos: entre 1991 e 1994, a rede estadual cresceu proporcionalmente 6,2% , pois, em 1991 detinha 65,6% das matrículas e, em 1994, passou a contar com 71,8% de todas as inscrições iniciais no Ensino Médio. No mesmo período, o inverso aconteceu com a rede privada: em 1991, registrava 27% das matrículas e, em 1994, essa taxa caiu para 20,8%; portanto, um decréscimo proporcional de 6,2%. Adicionalmente, se compararmos os anos de 1994 e 1997, veremos que houve, no período, um crescimento proporcional da rede estadual de apenas 1,1%, pois, em 1994, 71,8% das matrículas iniciais estavam sob a administração dos estados, passando essa taxa a 72,9% em 1997, como já mencionado. Como contraponto, no mesmo período, a rede de escolas privadas teve um decréscimo proporcional de 1,1%, pois, em 1994 detinha 20,8% das matrículas, passando a 19,7% em 1997, como demonstrado na Tabela 5.

A Tabela 5 evidencia, ainda, que, considerando-se o conjunto das regiões, a rede estadual nordestina é a que detém, proporcionalmente, o menor número de matrículas, pois conta com apenas 59,5% das inscrições do Ensino Médio na região, estando bem abaixo da taxa nacional das redes estaduais. Por outro lado, tendo em vista a conhecida fragilidade econômica da grande maioria dos municípios do Nordeste e o necessário comprometimento das administrações locais com a escola fundamental, é preocupante a constatação de que 14,5% das matrículas do Ensino Médio, na região, estejam na rede municipal (contra um índice nacional de matrículas municipais de apenas 5,7%). Além disso, é de se notar de que a rede nordestina de escolas particulares é aquela que detém, proporcionalmente, o maior índice de matrículas (22,9%) entre as suas congêneres de todo o País. Tendo em vista precário desenvolvimento econômico dos estados nordestinos, supõe-se que o tamanho, relativamente maior, da rede particular (procurada, evidentemente, pelas camadas mais privilegiadas) deva-se ao fato de que o nível médio de ensino é menos acessível aos trabalhadores nordestinos do que aos trabalhadores de outras regiões.

A região Norte faz um contraponto bastante nítido com o Nordeste, pois sua rede estadual é, entre todas as regiões, aquela que registra o maior índice de matrículas (85,7%). Nesse quadro, a rede particular do Norte é, proporcionalmente, a menor do País, detendo apenas 10,1% das inscrições no Ensino Médio na região.

Como vemos na Tabela 5, as taxas de matrícula nas redes estaduais das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste estão acima do índice nacional, ou seja, acima de 72,5%. Por outro lado, nota-se que a rede municipal do Sul é, proporcionalmente, a menor do País, detendo apenas 0,9% dos alunos de Ensino Médio da região. Ainda, a pouca expressividade da rede de escolas médias federais em todo o País é mais notada no Sudeste, onde detém apenas 1,2% das matrículas da região. Nesse quadro, vemos que, em todo o País, são as regiões Sul e Sudeste que estão mais próximas das determinações legais, uma vez que está estabelecido pela legislação que cabe aos estados – e não aos municípios ou ao à União – a oferta de ensino de grau médio.

O Gráfico 8 permite visualizar a distribuição aqui analisada.

Gráfico 8

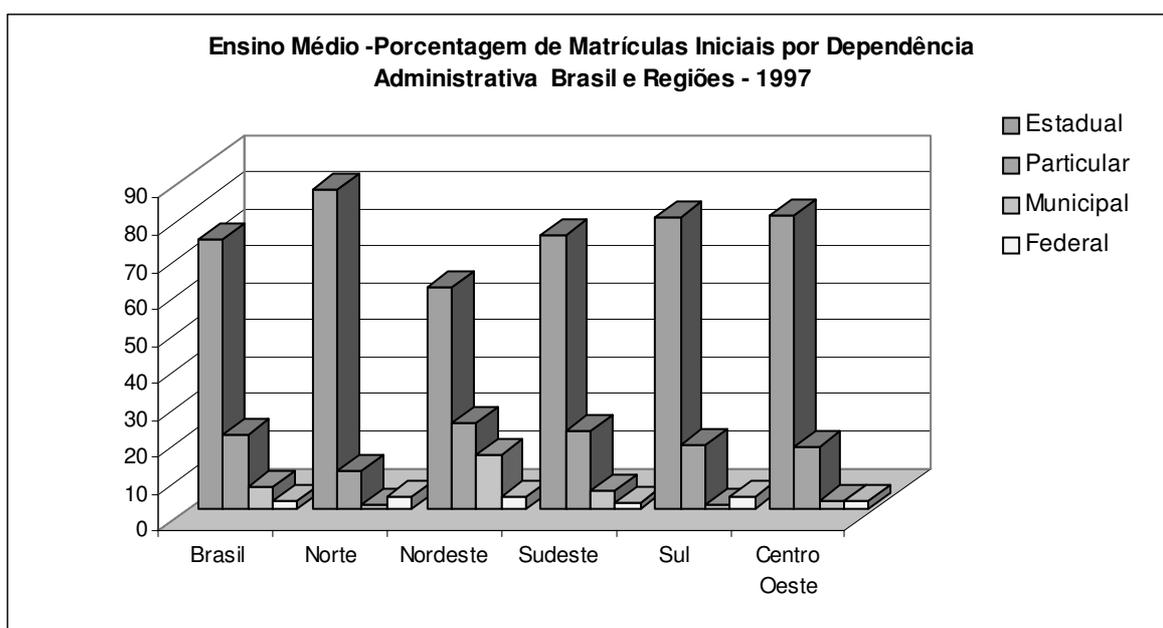


Tabela 6

**Ensino Médio - Matrícula Inicial na Educação Média por Dependência Administrativa
Brasil e Regiões - 1985-1997**

Regiões	Total Geral	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
Brasil					
1985	3.016.138	99.422	1.780.155	132.333	1.004.228
1988	3.368.150	98.297	2.039.812	145.476	1.084.565
1991	3.770.230	103.092	2.472.757	176.769	1.017.612
1996	5.739.077	113.091	4.137.324	312.143	1.176.519
1997	6.405.057	131.278	4.644.671	362.043	1.267.065
Tx. Cresc. 85/97	112,4	32,0	160,9	173,6	26,2
Norte					
1985	128.874	14.160	81.558	10.588	22.568
1988	157.853	15.845	99.501	7.602	34.905
1991	202.544	13.846	156.866	2.637	29.195
1996	371.454	10.212	318.904	5.390	36.948
1997	435.160	13.538	372.968	4.674	43.980
Tx. Cresc. 85/97	237,7	-4,4	357,3	-55,9	94,9
Nordeste					
1985	695.342	30.747	373.495	54.055	237.045
1988	779.749	30.475	426.593	71.097	251.584
1991	831.009	31.229	472.746	95.078	231.956
1996	1.202.573	36.635	703.958	163.903	298.077
1997	1.353.691	40.776	805.469	197.396	310.050
Tx. Cresc. 85/97	94,7	32,6	115,7	265,2	30,8
Sudeste					
1985	1.493.980	30.739	855.398	59.965	547.878
1988	1.665.278	25.014	990.310	56.792	593.162
1991	1.894.293	28.578	1.226.768	68.665	570.282
1996	2.815.026	30.595	2.058.008	126.701	599.722
1997	3.140.823	38.618	2.303.181	141.628	657.396
Tx. Cresc. 85/97	110,2	25,6	169,3	136,2	20,0
Sul					
1985	491.617	17.462	320.969	4.153	149.033
1988	523.508	20.412	350.184	5.083	147.829
1991	581.678	19.347	423.021	6.621	132.689
1996	937.937	27.110	730.963	8.452	171.412
1997	1.018.324	28.592	800.911	9.745	179.076
Tx. Cresc. 85/97	107,1	63,7	149,5	134,6	20,2
Centro-Oeste					
1985	206.325	6.314	148.735	3.572	47.704
1988	241.762	6.551	173.224	4.902	57.085
1991	260.706	10.092	193.356	3.768	53.490
1996	412.087	8.539	325.491	7.697	70.360
1997	457.059	9.754	362.142	8.600	76.563
Tx. Cresc. 85/97	121,5	54,5	143,5	140,8	60,5

Fonte: MEC/INEP/SEEC

A Tabela 6 evidencia que as matrículas iniciais no Ensino Médio mais do que dobraram, no Brasil, no período considerado (1985-1997) e que as taxas mais elevadas de crescimento foram registradas nas redes municipal (+173,6%) e estadual (+160,9%).

Se tomarmos as diferentes regiões, verificaremos que duas delas apresentam padrões bastante distintos de evolução. Uma delas é o Norte, onde, ao contrário de todas as outras regiões, a rede municipal e a rede federal decresceram em número de matrículas

iniciais entre 1985 e 1997, registrando -4,4% (federal) e -55,9% (municipal). Como contraponto a tal declínio, nota-se que, no intervalo temporal analisado, foi no Norte que as redes estadual e particular mais cresceram no Brasil, com porcentagens de +357,3% (estadual) e +94,9% (particular). O expressivo crescimento da rede estadual no Norte não encontra paralelo em qualquer outra região do País e tem como consequência, como vimos na Tabela 5, a mais alta taxa de matrículas em escolas estaduais do País (85,7%). Por outro lado, apesar do crescimento notável das escolas particulares no Norte durante o período estudado, já vimos que, em 1997, a rede privada detinha apenas 10,1% das inscrições na região (Tabela 5), constituindo o mais baixo índice de matrículas das redes privadas no Brasil.

Adicionalmente, é necessário destacar que, entre 1985 e 1997, a região Norte apresenta, no conjunto de suas redes, o maior crescimento de matrículas do País, com uma taxa de 237,7%, taxa essa que representa mais do que o dobro do índice nacional de evolução de matrículas iniciais (112,4%) no período.

O Nordeste é a outra região com padrão diferenciado de evolução de matrículas iniciais no período considerado. Em primeiro lugar, em contraste ao registrado na região Norte, a taxa de crescimento no Nordeste (94,7%), entre 1985 e 1997, fica bem abaixo da média nacional (112,4%). Além disso, dentro desse índice, é a rede municipal que experimentou a maior expansão (265,2%). Aliás, entre todas as regiões do País, é no Nordeste que a rede municipal de Ensino Médio mais cresceu no período analisado, ficando bastante acima da média nacional. Isto é, no período de 1985 a 1997, a evolução do Ensino Médio municipal, para o conjunto do País, ficou em +173,6%, enquanto que no Nordeste tal crescimento foi de 265,2%. Diante desses índices, a mesma preocupação levantada no que concerne aos números de 1997, na Tabela 5, deve ser reiterada agora com relação ao período 1985-1997; ou seja, a constatação de que o crescimento das matrículas no Ensino Médio, no Nordeste, está se dando fortemente através de escolas municipais, não pode ser analisada sem se levar em conta a debilidade econômica da maior parte dos municípios nordestinos e seu necessário comprometimento prioritário com a escola fundamental. Nesse quadro, torna-se

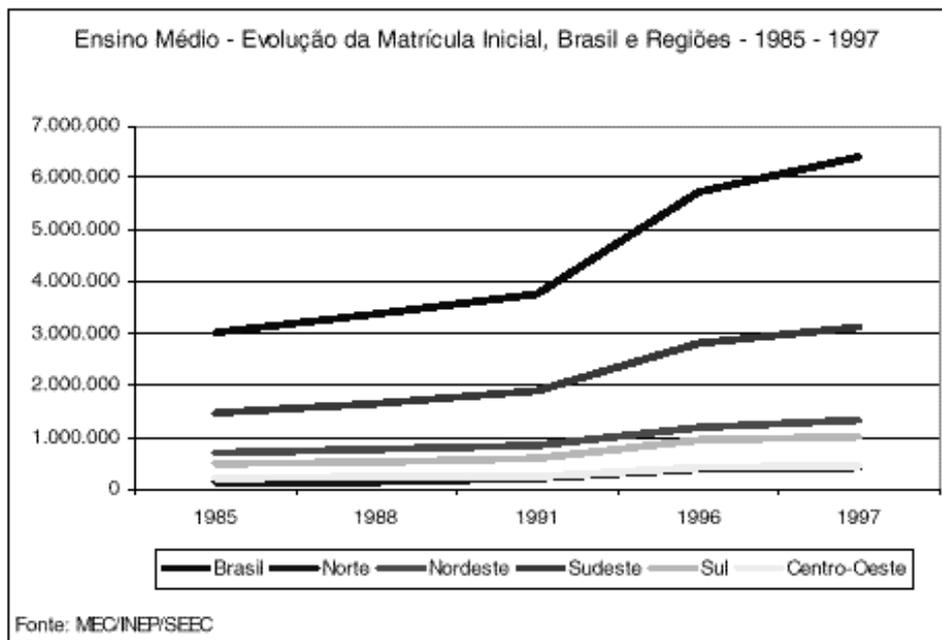
plausível levantar a hipótese de que a qualidade do Ensino Médio municipal no Nordeste, concentrando 14,5% das matrículas da região, está muito prejudicada.

O crescimento das redes estaduais no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, no período 1985/1997, varia entre 169,3% no Sudeste a 143,5% no Centro-Oeste, o que aproxima essas regiões do índice nacional de evolução das redes estaduais. A rede federal avança menos no Sudeste (25,6%), porém, no Sul e Centro Oeste, apresenta as mais altas de crescimento do País (63,7% e 54,5%, respectivamente).

Fica evidenciado, também, na Tabela 6, que as duas regiões mais desenvolvidas (Sul e Sudeste) apresentam os mais baixos índices de evolução de matrículas em escolas particulares (20,2% e 20,0%, respectivamente) entre 1985 e 1997. Por outro lado, no Centro-Oeste, registra-se a segunda maior taxa de crescimento da rede privada (60,5%) no intervalo de tempo estudado. Note-se que a escola particular cresceu mais em número de matrículas em regiões onde ocupa o menor espaço. Ou seja: já vimos que, no Norte, a rede particular cresceu bem acima do índice nacional, no período mencionado. O mesmo acontece no Centro-Oeste. No entanto, como já discutimos (Tabela 5), em ambas as regiões a rede privada conta com os mais baixos índices de matrícula (10,1% no Norte e 16,7% no Centro-Oeste). Este dado parece indicar que a escola privada está encontrando nichos em regiões menos desenvolvidas onde ainda pode se expandir, enquanto que no Sul e Sudeste tem diminuído seu ritmo de crescimento por já ter incorporado grande parte dos estratos sociais que podem arcar com o financiamento privado da educação.

O Gráfico 9 é útil para a visualização da progressão aqui discutida.

Gráfico 9



6) Matrícula inicial e distribuição por faixa etária

Tabela 7

Ensino Médio - Matrícula Inicial e Distribuição por Faixa Etária Brasil e Regiões - 1996				
Brasil e Regiões	Total	Menos de 15 Anos (%)	15 a 17 Anos (%)	Mais de 17 Anos (%)
Brasil	5.739.077	1,7	44,0	54,3
Norte	371.454	1,0	27,2	71,8
Nordeste	1.202.573	0,9	31,6	67,5
Sudeste	2.815.026	1,3	48,7	50,0
Sul	937.937	4,2	53,9	41,9
Centro-Oeste	412.087	2,2	41,0	56,8

Fonte: MEC/INEP/SEEC

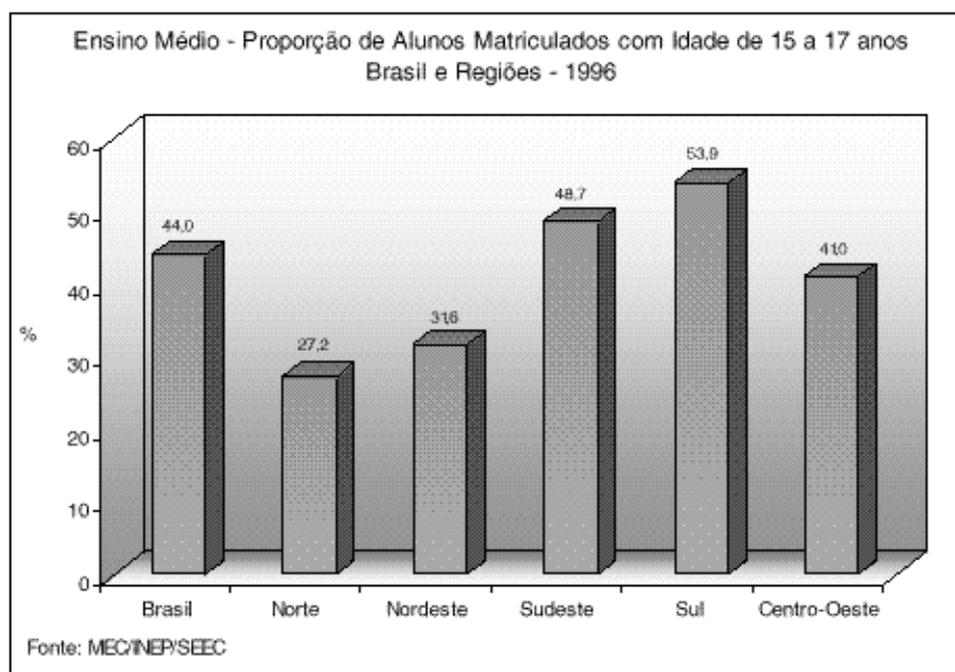
Considerando-se o País em seu conjunto, verifica-se que o alunado do Ensino Médio era, em 1996, constituído, em sua maior parte (54,3%), de jovens de mais 17 anos de idade. Se levarmos em conta que o maior número de matrículas está na 1a. série, podemos inferir que uma grande parte da clientela já chega à escola média com considerável defasagem etária.

A Tabela 7 também evidencia que o Norte e Nordeste apresentam o maior índice de alunos com mais de 17 anos (71,8% e 67,5%, respectivamente). Conforme a mesma tabela, o Sul é a única região onde a maioria dos alunos está dentro da faixa considerada ideal para a frequência ao Ensino Médio (15 a 17 anos). No entanto, mesmo lá, ainda se pode considerar alta a porcentagem de alunos mais velhos (41,9%). No Sudeste, o conjunto de alunos com mais de 17 anos estava, em 1996, na mesma proporção do contingente com 17 anos ou menos.

As causas do generalizado atraso na escolaridade dos jovens são conhecidas. Duas delas podem ser destacadas: um histórico escolar pontuado de múltiplas repetências e precária situação financeira das famílias, o que ocasiona, muitas vezes, interrupção temporária dos estudos. Sem dúvida, esses fatores pesam mais no Norte e Nordeste e podem explicar o registro, naquelas regiões, das menores taxas nacionais de alunos dentro da faixa etária ideal para o Ensino Médio.

O Gráfico 10 ilustra bem os dados aqui analisados.

Gráfico 10



7) Matrícula inicial: evolução por série

Tabela 8

Ensino Médio - Evolução da Matrícula Inicial, por Série - Brasil - 1991-1997												
Ano	Matrícula Inicial											Crescimento Relativo (%)
	Total	Séries										
	1ª Série	%	2ª Série	%	3ª Série	%	4ª Série	%	Não-Seriado	%		
1991	3.770.230	1.707.036	45,3	1.111.635	29,5	801.113	21,2	83.864	2,2	66.582	1,8	-
1992	4.085.631	1.856.706	45,4	1.208.621	29,6	853.430	20,9	96.004	2,3	70.870	1,7	8,4
1993	4.183.847	1.894.937	45,3	1.247.128	29,8	881.132	21,1	92.588	2,2	68.062	1,6	2,4
1996	5.739.077	2.527.580	44,0	1.727.171	30,1	1.274.933	22,2	121.014	2,1	88.379	1,5	37,2
1997	6.405.057	2.765.260	43,2	1.962.640	30,6	1.445.046	22,6	138.555	2,2	93.556	1,5	11,6

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Por meio dos dados da Tabela 8, é possível concluir que, no período considerado, a evolução da matrícula inicial, para o conjunto do Ensino Médio, no Brasil, foi de quase 70%. Esse aumento, no entanto, não veio acompanhado de uma melhoria do fluxo, pois, se examinarmos a Tabela 9 em um sentido “diagonal”, registraremos que as 1.707.036 matrículas na primeira série, em 1991 -- as quais, em um *fluxo ideal*, deveriam converter-se, dois anos depois, em inscrições na terceira série – ficam, na verdade, reduzidas a 881.132, em 1993, com uma perda de 48%.

Além disso, é interessante notar que, em 1991, as inscrições na primeira série representavam 45,3% do total. Tal proporção, em 1997, diminuiu apenas 2,1%, passando a 43,2%. Essa constatação, aliada ao registro da estagnação da proporção de matrículas nas segundas e terceiras séries em relação ao total, durante todo o período analisado, indica que o gargalo da escola média continua sendo a primeira série, onde, historicamente, a repetência e a evasão incidem com grande força.

Evidentemente, a quarta série não é parâmetro para o tipo de comparação aqui desenvolvido, uma vez que essa série consta apenas da estrutura de alguns cursos técnicos e profissionalizantes.

Nesse quadro, os Gráficos 11 e 12 ilustram bem a contradição que explode atualmente na escola média: se, por um lado, pode ser auspicioso o aumento de inscrições registrado nesta década (Gráfico 11), a situação retratada pelo Gráfico 12 indica que a

baixa qualidade minimiza os efeitos daquele aumento, uma vez que o percentual de perdas de matrículas entre as séries mostra-se praticamente constante ao longo dos anos.

Gráfico 11

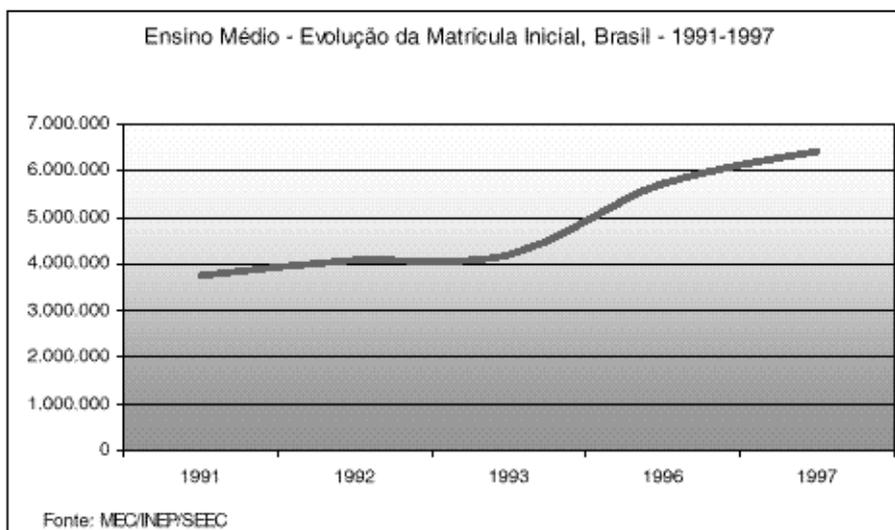
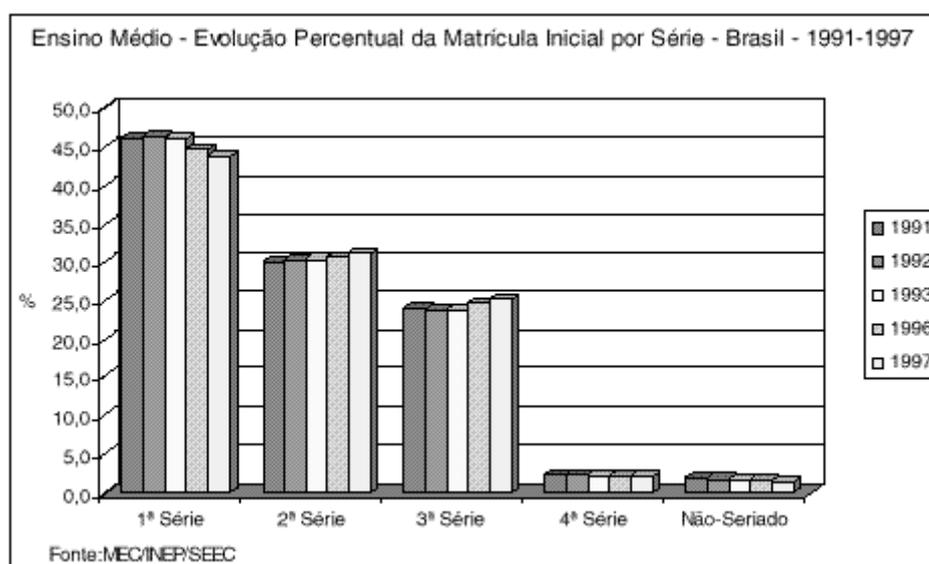


Gráfico 12



8) Matrícula inicial, por série e sexo

Tabela 9

Ensino Médio - Matrícula Inicial, por Série e Sexo - Brasil e Regiões - 1996											
Brasil e Regiões	Matrícula Inicial										
	Total	%	1ª Série	%	2ª Série	%	3ª Série	%	4ª Série	%	Não-Seriado
Brasil	5.739.477	100,0	2.527.580	100,0	1.727.171	100,0	1.274.933	100,0	121.014	100,0	88.379
Masculino	2.478.625	43,2	1.134.747	44,9	735.202	42,6	523.822	41,1	39.876	33,0	44.817
Feminino	3.260.852	56,8	1.392.833	55,1	991.969	57,4	751.111	58,9	81.138	67,0	43.562
Norte	371.854	100,0	179.151	100,0	106.754	100,0	79.175	100,0	4.208	100,0	2.166
Masculino	158.493	42,6	78.266	43,7	45.375	42,5	31.981	40,4	1.387	33,0	1.324
Feminino	213.361	57,4	100.885	56,3	61.379	57,5	47.194	59,6	2.821	67,0	842
Nordeste	1.202.973	100,0	538.013	100,0	369.968	100,0	271.010	100,0	12.589	100,0	10.993
Masculino	478.633	39,8	220.986	41,1	144.089	38,9	102.366	37,8	3.960	31,5	7.083
Feminino	724.340	60,2	317.027	58,9	225.879	61,1	168.644	62,2	8.629	68,5	3.910
Sudeste	2.815.426	100,0	1.217.541	100,0	864.283	100,0	644.763	100,0	59.618	100,0	28.821
Masculino	1.248.403	44,3	566.435	46,5	377.401	43,7	270.997	42,0	20.059	33,6	13.345
Feminino	1.567.023	55,7	651.106	53,5	486.882	56,3	373.766	58,0	39.559	66,4	15.476
Sul	938.337	100,0	400.015	100,0	261.352	100,0	192.310	100,0	40.838	100,0	43.422
Masculino	419.076	44,7	184.967	46,2	115.552	44,2	82.899	43,1	13.596	33,3	21.895
Feminino	519.261	55,3	215.048	53,8	145.800	55,8	109.411	56,9	27.242	66,7	21.527
Centro-Oeste	412.487	100,0	192.860	100,0	124.814	100,0	87.675	100,0	3.761	100,0	2.977
Masculino	174.651	42,3	84.093	43,6	52.785	42,3	35.579	40,6	874	23,2	1.170
Feminino	237.836	57,7	108.767	56,4	72.029	57,7	52.096	59,4	2.887	76,8	1.807

Fonte: MEC/INEP/SEEC

A “feminização” do Ensino Médio em todo Brasil fica evidente por meio dos dados da Tabela 9 e do Gráfico 13. O índice nacional de 56,8% de matrículas femininas reflete as elevadas taxas registradas em todas as regiões. Nesse quadro, a menor proporção de mulheres secundaristas está no Sudeste (55,7%) e a maior no Nordeste (60,2%).

As diferenças entre as taxas de escolarização de nível médio, masculina e feminina, agravam-se no decorrer do curso. Enquanto que, na primeira série, as matrículas de homens representam 44,9% do total de matrículas no País, na terceira série essa taxa cai para 41,1%. A quarta série talvez não seja parâmetro para a comparação aqui desenvolvida, pois o grande decréscimo de inscrições masculinas, ali registradas, pode refletir, principalmente, a predominância dos cursos de magistérios, cursos esses, historicamente, de perfil feminino.

Números divulgados pela UNESCO⁸, referentes a índices de escolarização no ensino secundário, em 1995, mostram três situações distintas: (1) nas regiões desenvolvidas, onde a escola média é obrigatória ou está universalizada, a proporção de matrículas masculinas x femininas aproxima-se muito da proporção de homens e mulheres existente na população, na faixa etária correspondente; (2) em regiões menos desenvolvidas e/ou onde a escola média não está universalizada, as matrículas femininas são sempre bastante inferiores às masculinas⁹; (3) a única exceção, entre as regiões que incluímos em (2), é a América Latina, onde as matrículas femininas representavam, em 1995, 52% do total. Em nosso Continente, porém, esse índice deve ser analisado em dois sentidos. Em primeiro lugar, é bom destacar que, aqui, a educação feminina parece ter vencido melhor, do que em outras regiões consideradas não desenvolvidas, os entraves e preconceitos sociais, avançando consideravelmente na últimas décadas. Por outro lado, pode-se, talvez, supor que a escolarização masculina vem encontrando obstáculos que precisam ser melhor estudados.

Comparando esse quadro fornecido pela UNESCO com os dados da Tabela 10, podemos inferir que o Brasil se coloca em situação diferenciada, com nítida predominância de mulheres no Ensino Médio, alcançando um índice superior àquele registrado para a América Latina.

A tendência à maior participação feminina no Secundário já vem sendo notada desde a década de 80 e comporta diversas explicações. A mais comum diz respeito à maior pressão, por parte da família, para que o filho ingresse mais cedo do que a menina no mercado de trabalho, o que pode prejudicar a escolarização do menino. Rosenberg, já na década de 80, chamava atenção para a possibilidade de que a cultura escolar estivesse favorecendo a permanência das meninas na escola, exigindo comportamentos mais próximos dos padrões de socialização das mulheres. Acrescenta que “dado o maior índice de repetência dos meninos, observa-se, entre eles, retardo escolar mais

⁸ UNESCO. Rapport mondial sur l'éducation. Unesco/Le Monde .Paris,mar.1998.

⁹ Nessas regiões, as taxas de matrículas femininas, em relação ao total, variam entre 33% (Ásia do Leste, Oceania) até 42% (Ásia do Sul). UNESCO, idem. Há regiões onde a questão cultural e religiosa pode pesar mais no atraso da escolarização feminina do que o fator econômico. É o caso, talvez, de alguns países muçumanos.

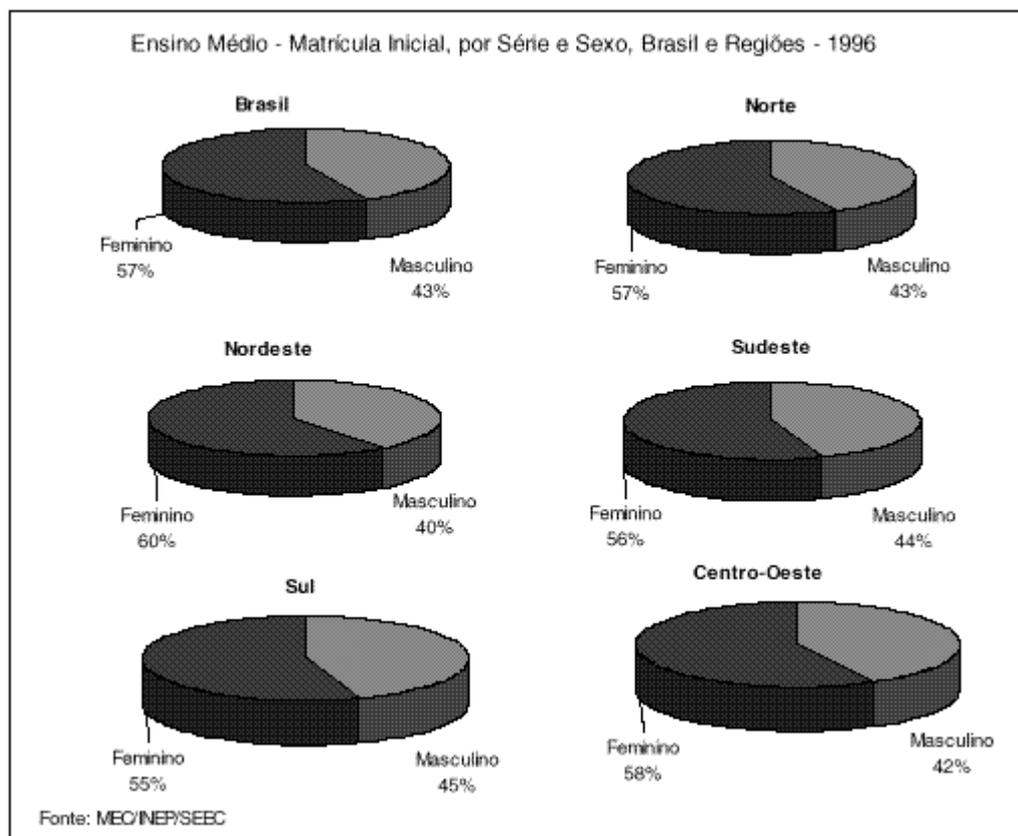
intenso o que pode acarretar maior desejo próprio e pressão do grupo familiar para seu ingresso no mercado de trabalho, associado, ou não à sua permanência na escola” (Rosemberg, 1989)¹⁰.

Sobre o atraso da escolarização masculina, convém reportar-nos aos dados de 1996, referentes ao Ensino Fundamental (MEC/INEP/SEEC, Informe Estatístico, 1998). Ao consultar aqueles números, constatamos que, na primeira série, a taxa de matrículas de meninos (53,2%) é bem superior à das meninas (46,8%). Esse dado já deve estar mostrando a maior presença de repetentes masculinos na primeira série. Ao longo da escola fundamental, a proporção de homens vai diminuindo, até que, na 8a. série, há apenas 44,9% de matrículas masculinas (evidentemente, contra um percentual feminino de 55,1%). Essa trajetória parece indicar que os meninos, com escolarização atrasada desde a primeira série, tendem a abandonar mais a escola do que as meninas. Com esse “gargalo” para os meninos, representado pelo Ensino Fundamental, não é de estranhar que, no Ensino Médio, haja uma predominância feminina desde a série inicial.

O conjunto de informações disponíveis sobre a escolaridade masculina e feminina, no Brasil, parece estar exigindo maior esforço para que se apure as verdadeiras causas das diferenças detectadas. Se a cultura escolar estiver, de fato, prejudicando acentuadamente a permanência dos meninos na escola, será necessário um investimento considerável para democratizar as oportunidades educacionais entre os sexos.

¹⁰Rosemberg, Fúlvia. 2º Grau no Brasil: cobertura, clientela e recursos. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, fev.1989, n.68, p.39-54.

Gráfico 13



9) Taxa de distorção idade/série

Tabela 10

**Ensino Médio - Taxa de Distorção Série/Idade
Brasil e Regiões - 1996**

Brasil e Regiões	Total Geral	Total		
		1ª série	2ª série	3ª série
Brasil	55,2	57,7	54,6	51,0
Norte	74,8	77,2	73,2	71,8
Nordeste	69,6	72,6	68,8	64,7
Sudeste	50,0	52,2	49,8	46,3
Sul	41,4	43,3	41,4	37,6
Centro-Oeste	58,9	62,4	57,5	53,4

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: Para o Ensino Médio a idade recomendada é de 15 anos para a 1ª série; 16 anos para a 2ª série; 17 anos para 3ª série.

Tabela 11

Ensino Médio – Taxa de Distorção Série/Idade Brasil – 1985 – 1996

Anos	Total Geral	Total		
		1ª série	2ª série	3ª série
1985	75,0	76,9	74,9	71,3
1988	74,0	76,2	73,7	69,8
1991	72,5	74,6	71,6	69,1
1994	70,9	72,9	70,5	67,4
1996	55,2	57,7	54,6	51,0

Fonte: MEC/ SEDIAE/SEEC

Por meio da Tabela 10, constatamos que mais da metade (55,2%) do conjunto dos alunos do Ensino Médio em todo o Brasil, em 1996, estava defasada em relação à série ideal correspondente à sua idade. Tal constatação constitui, sem dúvida, um indicativo da baixa qualidade do sistema escolar.

No entanto, se tomarmos a série histórica 1985-1996 (Tabela 11), verificamos que, depois de um decréscimo mínimo (menos 4%) da defasagem série/idade no período 1985-1996, há uma queda acentuada em apenas dois anos, pois aquele índice passa de 70,9% em 1994 para 55,2% em 1996 (menos 15,7%).

Ainda na Tabela 11, podemos verificar que, apesar do decréscimo registrado, um padrão fica inalterado; ou seja, ao longo de todo o período 1985/1996, a maior defasagem série/idade está sempre na série inicial. Esse dado reitera indicações fornecidas pela Tabela 9, já discutida, a respeito do gargalo representado pela primeira série do Ensino Médio.

A Tabela 10 revela que a taxa nacional de 55,2% de defasagem série/idade, em 1996, traz embutidas, na verdade, grandes disparidades regionais, uma vez que, no Norte e Nordeste, o referido índice é, respectivamente, de 74,8% e 69,6%, enquanto que no Sudeste fica em 50,0% e, no Sul, em 41,4%.

Adicionalmente, a evolução da taxa de distorção série/idade, principalmente entre 1995 e 1996, como registrado na Tabela 11, deve ser analisada também em contraponto aos dados da Tabela 8. Como vimos no estudo daquela tabela, a distribuição das matrículas, ao longo das séries do Ensino Médio, não sofreu alterações relevantes no período 1991/1997, continuando concentrada na primeira série, com perdas acentuadas ao longo do curso. Nesse quadro, pode-se levantar a hipótese de que a melhoria da relação idade/série, constatada na Tabela 11, deve refletir, principalmente, avanço do fluxo no ensino fundamental, uma vez que a série inicial do Ensino Médio continua representando um gargalo do sistema.

Por outro lado, a melhoria do fluxo do sistema como um todo deve estar associada às medidas direcionadas ao combate à “cultura a repetência”, cultura essa que, historicamente, tem constituído um núcleo totalmente impermeável às reformas educativas.

Entre as inovações, recentemente adotadas por diversas instâncias administrativas com vistas à normalização da relação série/idade, está o sistema de “progressão continuada”. Esse sistema representa um salutar avanço pedagógico, uma vez que, como se sabe, constantes reprovações e repetências nada acrescentam ao nível de aprendizagem do aluno, servindo apenas para a deterioração de sua auto-estima.

Todavia, é preciso considerar que a “progressão continuada” exige investimento elevado em reforço educativo, de forma que os baixos rendimentos escolares sejam recuperados sistematicamente ao longo do ano. Essa dificuldade técnica e financeira tem feito com que medidas apenas maquiadoras sejam muitas vezes adotadas, como a organização de rápidos cursos de “recuperação” ao final do ano letivo, com pressões mais ou menos explícitas para que todos os alunos sejam aprovados. . Tais iniciativas transformam a “progressão continuada” em “promoção automática”, com conseqüências previsíveis para o verdadeiro avanço cognitivo do conjunto de alunos. A diferença entre as duas concepções é abissal, tanto do ponto de vista pedagógico, como do político, mas, em geral, fica diluída no conjunto de números divulgados. A primeira concepção, financeiramente mais onerosa, é pedagogicamente avançada e socialmente democrática. A segunda pode facilmente melhorar os índices estatísticos, mas terá, sem dúvida, efeitos perversos a médio e longo prazos.

Os Gráficos 14 e 15 ilustram bem os números das Tabelas 11 e 12

Gráfico 14

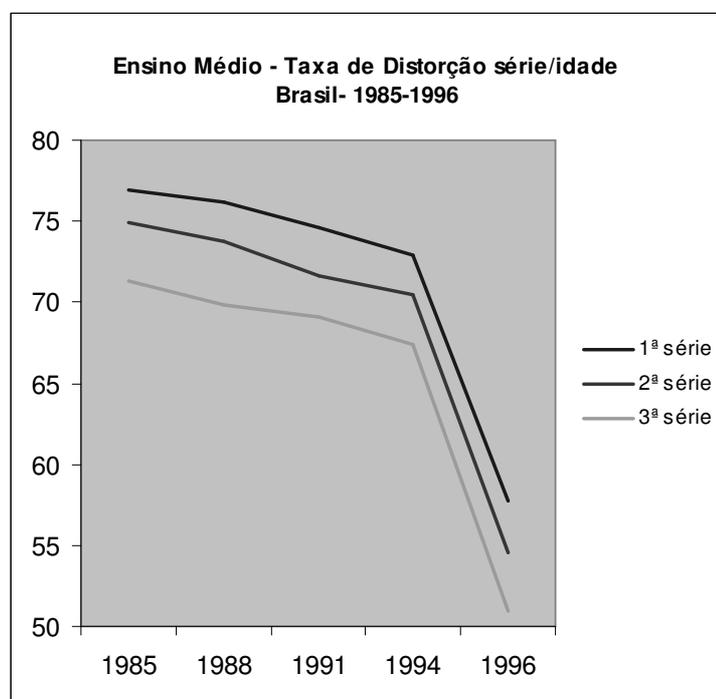
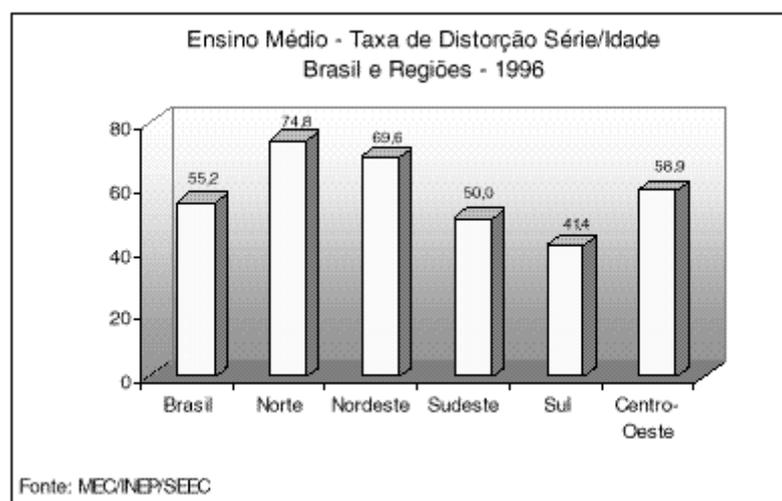


Gráfico 15



10) Matrícula inicial e o período noturno

Tabela 12

**Ensino Médio - Matrícula Inicial e Participação do Período Noturno por Dependência Administrativa
Brasil e Regiões - 1989 - 1997**

Região/Ano	Geral			Dependência Administrativa							
				Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Total	Noturno	%	Total	Noturno %	Total	Noturno %	Total	Noturno %	Total	Noturno %
Brasil											
1989	3.477.859	2.017.959	58,0	97.777	26,5	2.170.632	63,8	152.981	76,0	1.056.469	46,3
1996 ⁽¹⁾	5.739.077	3.218.713	56,1	113.091	23,7	4.137.324	63,7	312.143	73,4	1.176.519	27,9
1997 ⁽¹⁾	6.405.057	3.580.602	55,9	131.278	25,2	4.644.671	63,4	362.043	73,9	1.267.065	26,6
Norte											
1989	181.840	108.779	59,8	16.674	45,9	123.548	69,1	2.501	83,0	39.117	34,8
1996 ⁽¹⁾	371.454	226.109	60,9	10.212	24,2	318.904	66,8	5.390	59,0	36.948	19,7
1997 ⁽¹⁾	435.160	257.728	59,2	13.538	32,5	372.968	65,4	4.674	71,3	43.980	14,2
Nordeste											
1989	784.469	429.484	54,7	26.448	24,8	439.754	55,8	79.438	76,1	238.829	49,0
1996 ⁽¹⁾	1.202.573	652.121	54,2	36.635	20,9	703.958	60,1	163.903	74,5	298.077	33,2
1997 ⁽¹⁾	1.353.691	726.455	53,7	40.776	21,4	805.469	58,7	197.396	74,6	310.050	31,5
Sudeste											
1989	1.730.911	1.023.258	59,1	27.683	21,0	1.051.678	65,0	61.494	75,3	590.056	48,8
1996 ⁽¹⁾	2.815.026	1.673.880	59,5	30.595	20,8	2.058.008	67,6	126.701	73,5	599.722	30,7
1997 ⁽¹⁾	3.140.823	1.825.604	58,1	38.618	24,4	2.303.181	66,0	141.628	72,9	657.396	29,2
Sul											
1989	546.057	313.815	57,5	19.632	29,0	384.968	64,3	5.868	73,7	135.589	41,5
1996 ⁽¹⁾	937.937	431.644	46,0	27.110	29,5	730.963	53,4	8.452	49,2	171.412	16,9
1997 ⁽¹⁾	1.018.324	516.872	50,8	28.592	27,9	800.911	58,8	9.745	65,6	179.076	17,8
Centro-Oeste											
1989	234.582	142.623	60,8	7.340	29,7	170.684	71,8	3.680	86,1	52.878	28,0
1996 ⁽¹⁾	412.087	234.959	57,0	8.539	27,6	325.491	66,8	7.697	84,2	70.360	12,4
1997 ⁽¹⁾	457.059	253.943	55,6	9.754	25,7	362.142	64,9	8.600	83,7	76.563	12,1

Fonte: MEC/INEP/SEE/C

Nota: (1) Foi considerado como noturno os turnos com início a partir das 17 horas (inclusive).

A conhecida característica noturna do Ensino Médio no Brasil é confirmada pelos dados da Tabela 12, onde constatamos que, ao longo do período focalizado, sempre mais de 55% do total das matrículas estiveram vinculadas, no conjunto do País, aos cursos que funcionam à noite.

Essa característica é mais acentuada nas escolas públicas -- estaduais e municipais. Nas estaduais, o índice de matrículas noturnas permaneceu praticamente estável entre 1989 e 1997, mas em patamar superior a 60%. Nas municipais, a taxa de matrículas em cursos noturnos é ainda maior, ficando, no período estudado, constantemente acima de 70%.

A exceção entre as escolas públicas fica por conta da rede federal, cuja organização sempre se baseou em período diurno integral. Aliás, a essa característica tem sido

atribuída muito da reconhecida qualidade daquela rede. Todavia, a reforma do ensino técnico, ora em implementação, é de molde a alterar radicalmente a estrutura e o funcionamento das instituições federais de nível médio.

Ainda na Tabela 12, a variação mais notável registrada, entre 1989 e 1997, diz respeito ao significativo decréscimo de matrículas nos cursos noturnos privados. Ou seja, em 1989, 46,3% das inscrições em escolas particulares estavam no período noturno; em 1997, as matrículas no noturno representavam apenas 26,6% do total. Esses dados parecem indicar que a rede particular redirecionou seus investimentos, deixando de considerar compensadora a aposta na escolarização do aluno-trabalhador. Tal redirecionamento deve, também, ser analisado pelo lado da demanda. A crise econômica que pode gerar um efeito de migração da população potencialmente demandatária do ensino particular para o ensino público, tendo em vista o encarecimento exorbitante das mensalidades das escolas privadas, observado nos últimos anos. Conseqüentemente, volta a haver uma maior demanda por um ensino gratuito, especialmente por parte das camadas médias da população. Em decorrência, os proprietários de escolas particulares reduzem suas ofertas, principalmente no período noturno em torno do qual a demanda é menos expressiva por parte daqueles que tem condições de pagar para freqüentar o ensino médio.

Ao considerarmos as diferentes regiões, verificamos que a maior oscilação das matrículas no noturno aconteceu no Sul, onde, em 1996, a taxa correspondente chegou a 46,0%. No entanto, em 1997, nova elevação colocou novamente o Sul mais próximo do índice nacional.

A análise por regiões mostra, ainda, que somente as redes estaduais do Sul e Nordeste não mantiveram sempre, durante todo o período focalizado, taxas de matrículas noturnas superiores a 60%. Entretanto, mesmo nessas regiões, os menores índices estão sempre acima de 53%, o que confirma a característica majoritariamente noturna das redes estaduais.

O decréscimo da cobertura noturna da rede particular é mais marcante no Norte, Sul e Centro-Oeste. Nas três regiões, os respectivos índices de matrículas nos cursos privados noturnos caíram mais de 50% entre 1989 e 1997.

A atual política de correção de fluxo, adotada por diversas administrações estaduais, pode estar voltada também para a diminuição das matrículas noturnas. A expectativa parece ser a seguinte: com o estreitamento da defasagem idade/série e conseqüente “rejuvenescimento” do alunado do Ensino Médio, a demanda por vagas no noturno diminuirá, uma vez que as famílias tenderão a proteger seus filhos mais jovens da dupla jornada “trabalho/escola”. Tal hipótese parece ser o suporte da proposta para o ensino noturno presente na primeira versão do Plano Nacional de Educação, onde se prescreve apenas a manutenção, para os próximos anos, do número atual de vagas no noturno, prevendo-se, portanto, que a expansão do Ensino Médio deve acontecer via período diurno.

Outro aspecto, que vem reforçar a expectativa de diminuição de demanda pelo período noturno, diz respeito à “feminização” do Ensino Médio. Ou seja, a maior porcentagem de mulheres presentes no nível pós-fundamental (como já discutimos em relação à Tabela 9), faz com que alguns analistas prevejam que haverá mais procura pelo diurno, uma vez que os pais devem temer pela segurança das filhas em cursos noturnos, principalmente na periferia dos grandes centros.

Sem dúvida, o perfil predominantemente noturno do Ensino Médio brasileiro é constrangedor, até mesmo em comparações com outros países latino-americanos. Nesse sentido, seria social e pedagogicamente muito saudável se fosse possível inverter rapidamente a proporção noturno/diurno, caminhando-se firmemente para uma “diuturnização” da escola média. Todavia, as características extremamente perversas da distribuição da renda nacional -- distribuição essa inferior até mesmo àquelas vigentes em grande parte dos países vizinhos -- não garantem que será possível, à maior parte das famílias, evitar a submissão de seus filhos ao desgastante regime

trabalho/escola, mesmo daqueles com idades entre 15 e 17 anos (faixa etária ideal para frequência à escola média).

A grave crise de empregos da atualidade também já foi aventada como um fator que pode fazer com que o jovem desista da vaga no noturno, matriculando-se no diurno. Nesse caso, teríamos, talvez, a confirmação do adágio popular de que “Deus escreve certo por linhas tortas”. Nesse aspecto, é necessário cuidado com levantamentos feitos por algumas Secretarias estaduais. Ao verificar que está diminuindo o número de alunos do período noturno com emprego, algumas administrações têm divulgado que, definitivamente, o perfil do alunado está mudando. A pergunta que *não* se faz, geralmente, é se o aluno/a está procurando emprego, ou se tem intenção/necessidade de trabalhar durante o curso. Somente o esclarecimento desses aspectos poderia levar à conclusão sobre a verdadeira condição de trabalho do estudante do noturno, pois a situação de desemprego não deve, evidentemente, alterar a classificação do aluno como trabalhador. A omissão dessas questões pode resultar em um viés importante (principalmente em regiões como São Paulo, com altíssimas taxas de desemprego), provocando orientação equivocada de políticas educacionais.

No entanto, uma vez que a maioria dos cursos médios noturnos, estaduais, ocupa prédios que, durante o dia, são plenamente usados por alunos do ensino fundamental, seria necessário muito investimento na rede física para suportar a arriscada aposta de expansão do Ensino Médio por meio das matrículas no diurno. Ou seja, as atuais restrições orçamentárias, a que estão submetidas todas as administrações públicas, estreitam sobremaneira a margem de confiança em tal aposta.

Os Gráficos 16 e 17 ilustram bem as relações estabelecidas com respeito aos números da Tabela 12.

Gráfico 16

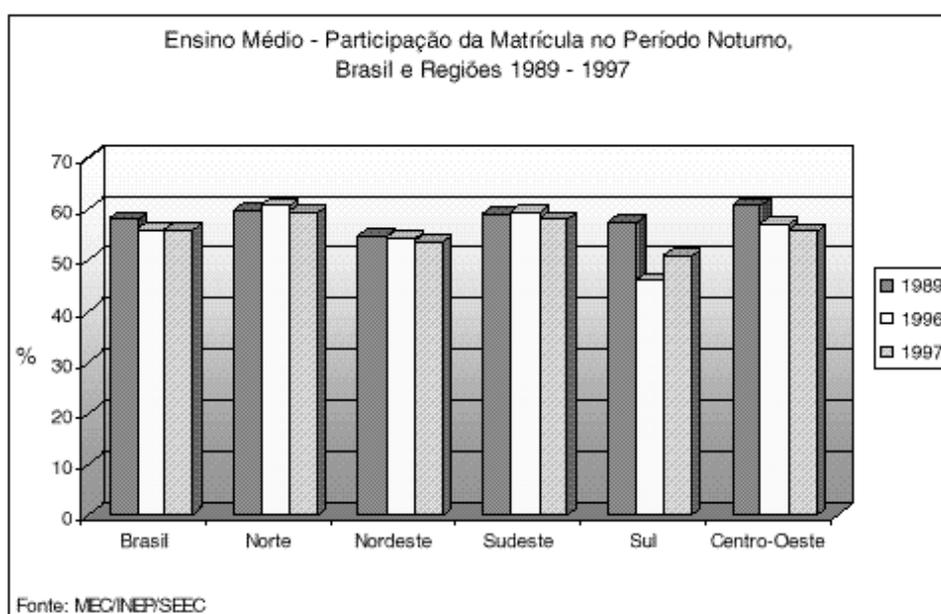
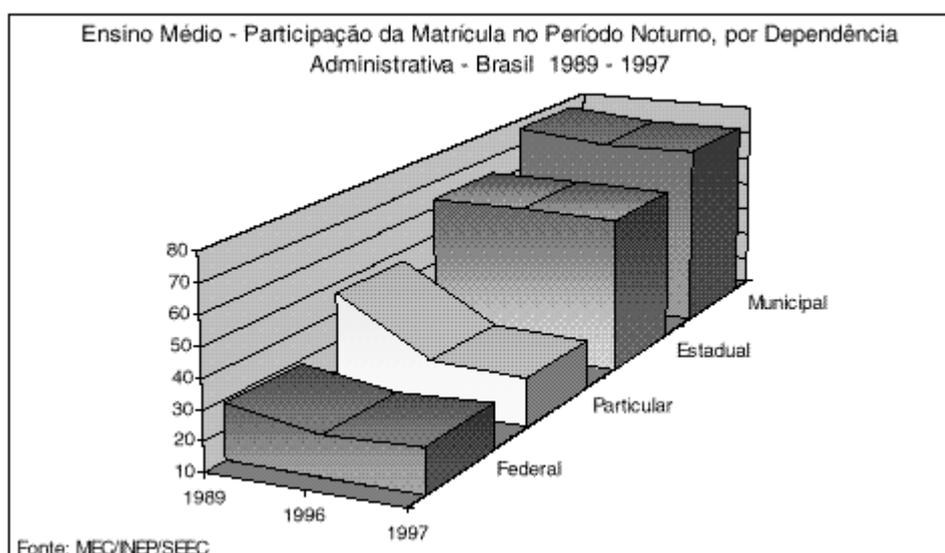


Gráfico 17



11) Taxas de aprovação e reprovação

Tabela 13

Ensino Médio - Taxa de Aprovação, por Série - 1995-1996

Unidade da Federação	Taxa de Aprovação							
	1995				1996			
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Brasil	68,2	58,0	70,5	83,7	74,4	64,4	78,8	89,4
Norte	56,9	46,6	60,9	71,9	67,9	56,4	73,5	85,2
Nordeste	63,3	53,1	65,8	79,9	71,1	60,6	74,1	88,2
Sudeste	71,6	62,0	73,4	86,4	78,2	68,9	80,1	91,4
Sul	70,8	59,8	72,5	86,1	72,2	62,2	73,8	87,6
Centro-Oeste	64,5	53,4	68,7	82,4	68,5	58,0	71,7	86,2

Fonte: MEC/INEP/SEE/C

Nota: No cálculo da taxa de aprovação total, todas as séries do Ensino Médio são utilizadas, com exceção do não-seriado.

Os dados relativos ao conjunto do País, especificados na Tabela 13, mostram um avanço da taxa total de aprovação da ordem de 5,7% entre 1995 e 1996. Nos dois anos considerados, os menores índices estão na primeira série e os maiores na terceira.

As tabelas ainda revelam que o mesmo padrão se repete para todas as regiões: em todas há um aumento da taxa total de aprovação entre 1995 e 1996 e os maiores e os menores índices, nos dois anos, referem-se às terceiras e primeiras séries, respectivamente. Esses resultados apenas confirmam outras indicações, discutidas anteriormente, segundo as quais a primeira série continua sendo um ponto de estrangulamento do sistema.

O maior crescimento das aprovações foi registrado no Norte, onde a taxa total em 1995 foi de 56,9%, passando a 67,9% em 1996 (mais 11%). O Sudeste apresentou, no período, o segundo maior índice de aumento, uma vez que, em 1995, obteve uma taxa de aprovação de 72,6%, passando a 78,2% em 1996 (mais 7,1%). Em contraste, o índice total de aprovação no Sul alcançou, entre 95 e 96, uma evolução de apenas 1,4%. Todavia, mesmo com esse pequeno aumento, o Sul mantém, em 1996, sua posição de segundo melhor índice de aprovação no País, abaixo apenas da região Sudeste.

Sabemos que as taxas de aprovação podem ser relevantes indicadores de qualidade do sistema. No entanto, não podem ser consideradas isoladamente. Testes de avaliação de rendimento tornam-se instrumentos essenciais para a melhor interpretação desses índices. Essa associação “aprovação + rendimento” é mais importante em um contexto em que, como já comentamos, há uma saudável ênfase para a adoção do sistema de “progressão continuada”, o qual, todavia, em vista da falta de recursos materiais e de formação docente nas redes estaduais de ensino médio, tende a se transformar em “promoção automática”, com todas as conseqüências adversas previsíveis para o desenvolvimento dos alunos.

Nesse quadro, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) cumprem um papel importante no balizamento da qualidade da escola média. Os primeiros resultados do ENEM¹¹, por exemplo, divulgados em 1998, mostraram que a maior parte dos alunos não ultrapassou o nível “insuficiente” em todas áreas avaliadas. Os últimos resultados do SAEB indicam que os estudantes que estão na terceira série do Ensino Médio dominam apenas conteúdos até o nível da 8a. série do ensino fundamental.

É com esse pano de fundo que os dados da Tabela 13 devem ser considerados.

Os Gráficos 18, 19 e 20 permitem visualizar bem o avanço das taxas de aprovação no Brasil e nas regiões, bem como a distribuição desse avanço entre as séries.

¹¹ O fato de que o ENEM é uma prova facultativa pode levar alguns analistas a não concordar com que seus resultados sejam usados para avaliação do sistema. No entanto, é preciso considerar que a taxa cobrada dos jovens para a realização do exame é de molde a afastar aqueles de estratos sociais mais humildes, habitantes da periferia dos grandes centros e que, por conseqüência devem estar freqüentando as escolas mais carentes de recursos. Adicionalmente, a possibilidade de que os resultados da prova sejam aproveitados para o concurso de ingresso na Universidade pode estar atraindo, principalmente, os jovens menos despreparados. Assim, os péssimos índices do ENEM podem ainda estar superestimando a qualidade do sistema.

Gráfico 18

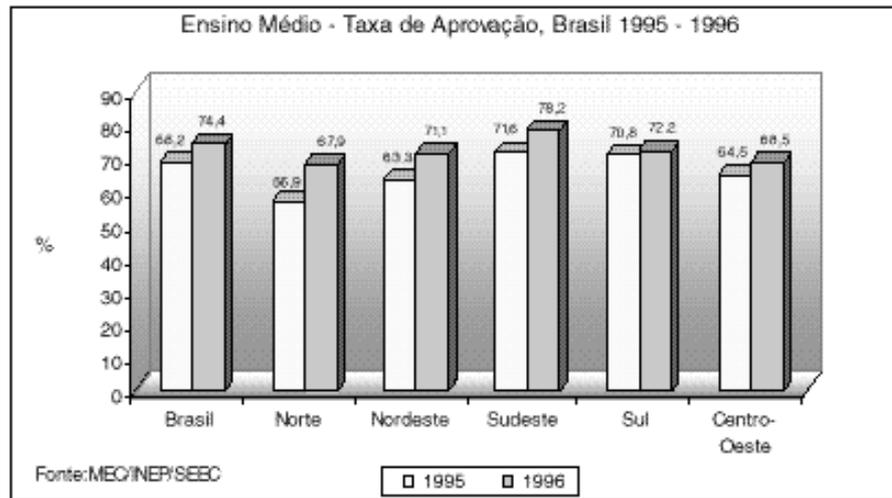


Gráfico 19

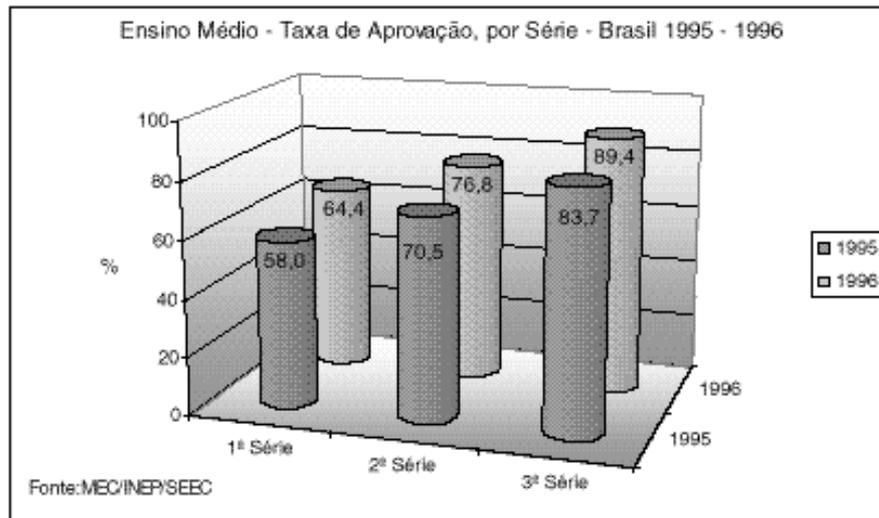


Gráfico 20

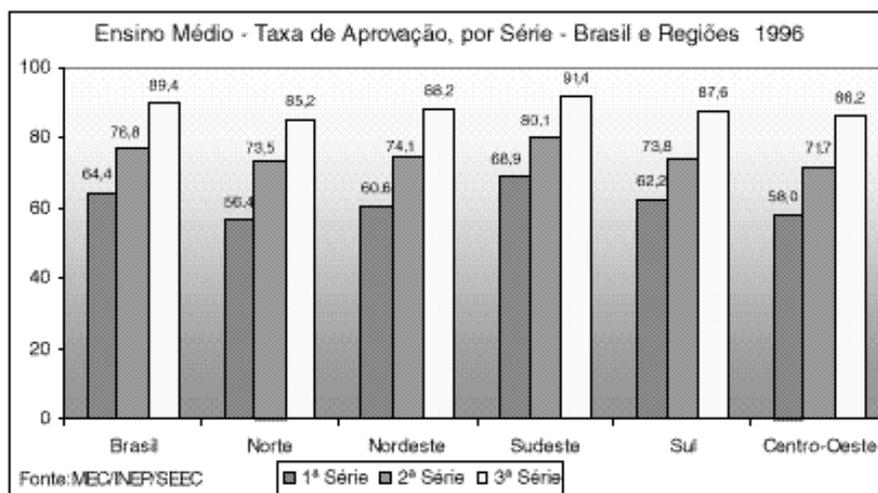


Tabela 14

Unidade da Federação	Taxa de Reprovação							
	1995				1996			
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Brasil	10,1	13,9	9,0	4,7	9,9	13,7	8,5	4,4
Norte	10,9	13,1	9,5	8,0	11,3	14,6	9,5	6,5
Nordeste	10,1	13,6	9,0	4,7	8,7	11,7	7,5	4,2
Sudeste	9,1	12,9	8,0	3,7	9,1	13,1	7,8	3,8
Sul	12,7	17,2	11,5	6,4	12,5	17,5	11,5	5,8
Centro-Oeste	12,1	16,1	10,4	6,0	11,3	15,1	10,0	5,1

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: No cálculo da taxa de reprovação total, todas as séries do Ensino Médio são utilizadas, com exceção do não-seriado.

As taxas de reprovação, considerando-se o conjunto do País, não mostram melhoria relevante entre 1995 e 1996. O recuo de 0,2% na taxa total, em nível nacional, não é de molde a sugerir significativo avanço na qualidade.

No conjunto das regiões, o Nordeste obteve o maior decréscimo em seu índice de reprovação entre os anos focalizados, pois de uma taxa de 10,1% em 1995, passou a 8,7% em 1996. O Norte foi a única região onde o índice de reprovação total subiu entre 1995 e 1996 (de 10,9% para 11,3%). No entanto, o Sul, que já

apresentava, em 1995, a mais alta taxa total de reprovação do País (12,7%), continua com essa posição em 1996, com um índice de 12,5%.

Ao tomarmos as taxas por séries, a primeira constatação é a de que a série inicial confirma-se como o crivo perverso do ensino médio. Apenas no Nordeste e no Centro-Oeste houve, entre 1995 e 1996, um decréscimo, na primeira série, da taxa aqui analisada. Nas demais regiões, a reprovação na série inicial aumentou no período. Nesse quadro, chama atenção o índice de reprovação na primeira série no Sul, que atinge 17,5% em 1996.

Os Gráficos 21, 22 e 23 facilitam ao acompanhamento das considerações anteriores.

Gráfico 21

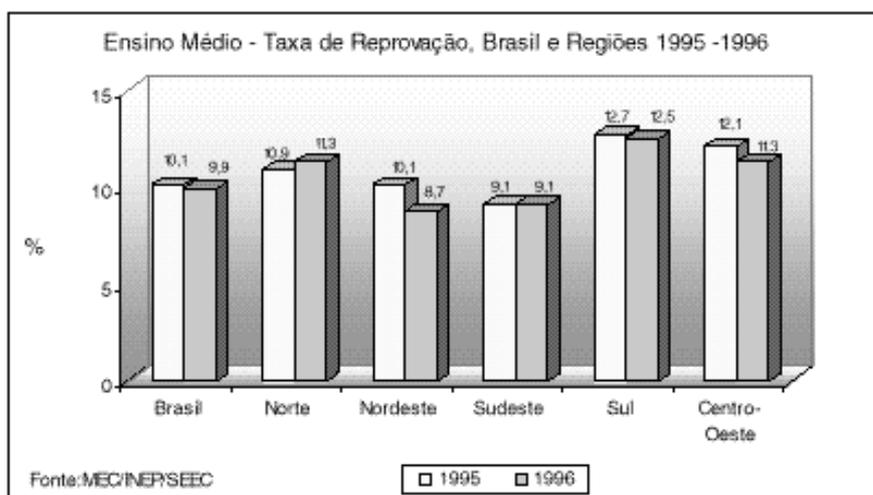


Gráfico 22

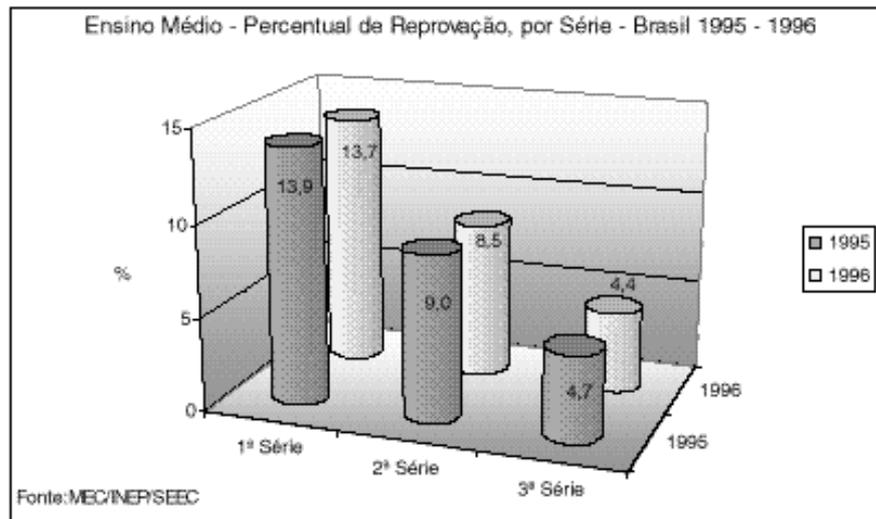
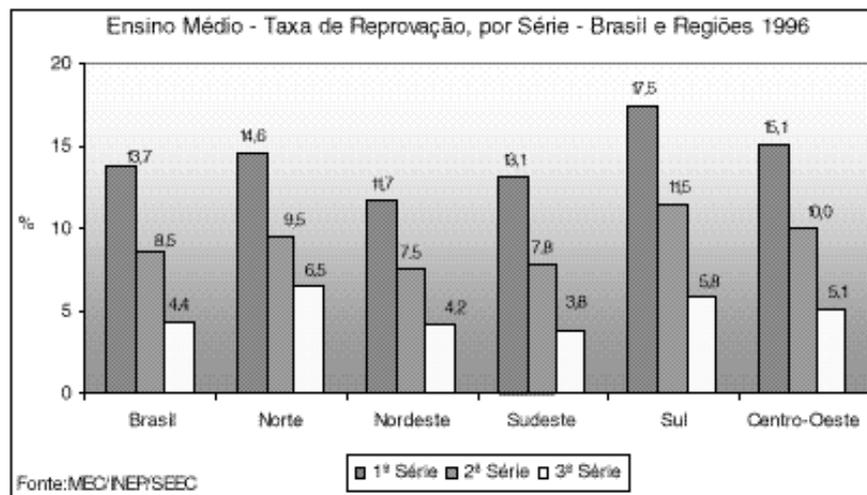


Gráfico 23



12) Número de concluintes

Tabela 15

**Ensino Médio - Número de Concluintes por Dependência Administrativa
Brasil - 1980-1996**

Ano	Total Geral	Dependência Administrativa							
		Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%
1980	541.350	16.370	3,0	203.986	37,7	18.720	3,5	302.274	55,8
1984	585.193	17.835	3,0	273.127	46,7	23.360	4,0	270.871	46,3
1987	605.504	14.230	2,4	311.690	51,5	25.115	4,1	254.469	42,0
1990	658.725	19.797	3,0	356.813	54,2	29.070	4,4	253.045	38,4
1993	851.428	16.663	2,0	559.595	65,7	42.681	5,0	232.489	27,3
1995	959.545	15.941	1,7	640.168	66,7	50.918	5,3	252.518	26,3
1996	1.163.788	21.019	1,8	769.489	66,1	64.566	5,5	308.714	26,5

Fonte: MEC/INEP/SEEC

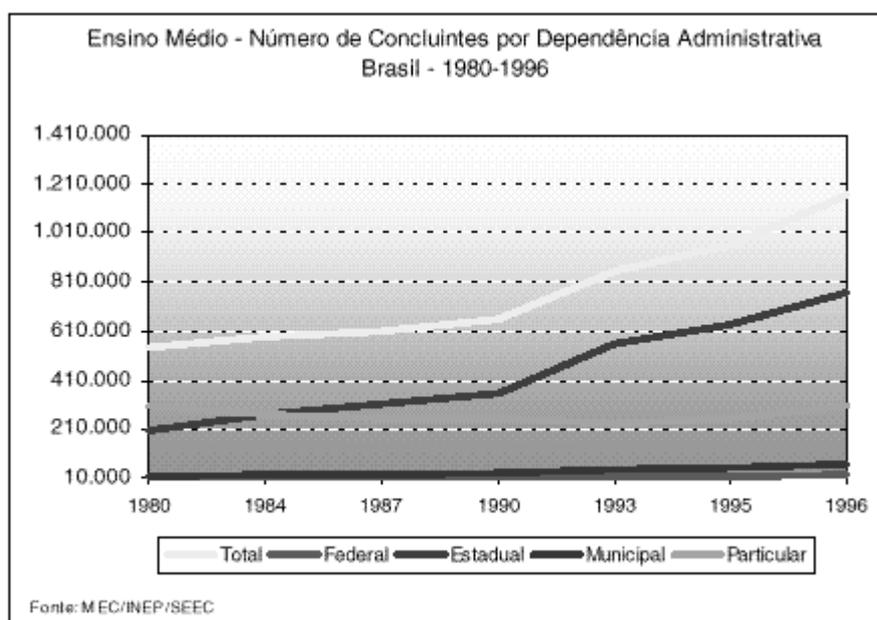
A evidência mais clara na Tabela 15 diz respeito ao relevante papel das redes estaduais no atendimento da clientela em nível de ensino médio, ao longo do período focalizado, pois, enquanto, em 1980, apenas 37,7% dos concluintes fizeram seus cursos em escolas administradas pelos estados, essa proporção chega a 66,1% em 1996. No mesmo período, o inverso aconteceu com a rede privada, a qual, em 1980, era responsável por 55,8% dos certificados de conclusão, passando, em 1996, a uma taxa de 26,5%. Como seria previsível, esses índices seguem a mesma direção registrada no que diz respeito às matrículas iniciais; ou seja, índices ascendentes para as redes estaduais e descendentes para a rede privada., conforme já analisado anteriormente. Esses movimentos estatísticos, ao longo das duas últimas décadas, indicam, sem dúvida, a concretização de um aspecto básico da democratização das oportunidades educacionais, que deve ser aprofundado no conjunto do sistema educacional .

Há, no entanto, a registrar, um pequeno declínio (menos 0,5%) de número de concluintes entre 1995 e 1996 nas redes estaduais, em contraponto a um aumento de 0,2% de concluintes nas escolas privadas e nas redes municipais. Tais índices são insuficientes ainda para indicar qualquer tendência.

Além da rede particular, é a rede federal a única que, na seqüência histórica analisada, diminuiu sua participação no conjunto de concluintes do Ensino Médio, pois, de uma taxa de 3,0% em 1980, passou a 1,8% em 1996).

O Gráfico 24 retrata bem as relações que se podem estabelecer a partir dos números da Tabela 16.

Gráfico 24



13) Habilitações

Tabela 16

**Ensino Médio - Habilitações com Maior Número de Alunos
e Percentual em relação ao Total
Brasil - 1989 - 1997**

Habilitações	Matrícula Inicial						Crescimento Relativo (%) 1989/97
	1989	%	1996	%	1997	%	
Magistério de 1º grau - 1ª a 4ª série	488.357	14,0	802.975	14,0	786.501	12,3	61,1
Técnico em Contabilidade	564.519	16,2	743.866	13,0	647.533	10,1	14,7
Téc. em Processamento de Dados	63.344	1,8	144.931	2,5	170.572	2,7	169,3
Assistente de Administração(*)	119.953	3,4	151.742	2,6	140.502	2,2	17,1
Auxiliar de Contabilidade	19.004	0,5	66.932	1,2	64.541	1,0	239,6
Técnico em Eletrônica	47.075	1,4	46.297	0,8	44.117	0,7	-6,3
Técnico em Mecânica	40.187	1,2	41.802	0,7	39.429	0,6	-1,9
Técnico em Agropecuária	31.266	0,9	38.416	0,7	38.566	0,6	23,3
Técnico em Enfermagem	13.863	0,4	16.939	0,3	35.390	0,6	155,3
Técnico em Eletrotécnica	25.760	0,7	33.785	0,6	31.961	0,5	24,1
Técnico em Secretariado	36.876	1,1	33.480	0,6	28.171	0,4	-23,6

Fonte: MEC/INEP/SEEC

* Inclusive Administração de Empresa

Ao examinarmos a distribuição proporcional de alunos nas habilitações em relação ao total de matrículas, defrontamo-nos com uma situação muito próxima daquela já observada em estudo anterior¹². As habilitações de Magistério do 1º grau e a de Técnico em Contabilidade continuam absorvendo, em 1997, um maior percentual de estudantes (12,3% e 10,1%). Todavia, se considerarmos o crescimento relativo durante o período estudado (que abarca os anos de 1989, 1996 e 1997) observamos que a Habilitação para o Magistério apresenta um percentual muito mais significativo (61,1%) do que o de Técnico em Contabilidade (14,7%). O menor avanço dessa última habilitação é um contraponto ao grande aumento relativo da especialização Auxiliar de Contabilidade (239,6%). Esse fato pode configurar-se como um barateamento da formação do técnico da área contábil (nos moldes tradicionais), principalmente se levarmos em conta o expressivo aumento que se registra para a formação de Técnico em Processamento de Dados (169%) e o decréscimo que se observa para a busca de um diploma de Técnico em Secretariado (menos 23,6%).

¹² Zibas e Franco, op.cit.

O importante aumento relativo (169%) para a formação de Técnicos em Processamento de Dados e a retração da busca para a profissionalização em Técnico em Secretariado parecem corresponder a uma expectativa de demanda por especializações consideradas mais modernas, o que implica, inclusive, na definição de um novo perfil para a inserção no mercado de trabalho das (os) novas(os) “secretárias(os)” que, hoje, necessitam ultrapassar as habilidades vinculadas ao satisfatório manejo das antigas máquinas de datilografia, para adquirir competências compatíveis com a introdução de novas tecnologias tais como: familiaridade com microcomputadores, conhecimento de “softwares”, edição de textos, acesso a “Internet”, “email” etc. É preciso, ainda, considerar que a profissão “secretariado” também tende a diminuir a demanda, uma vez que as empresas estão exigindo, para a maioria dos executivos, ligados à gerência de nível hierárquico médio, que, munidos de seu equipamento eletrônico, desenvolvam, eles mesmos, as tarefas que até há alguns anos demandavam a contratação de secretárias.

Por outro lado, é preciso salientar o relevante crescimento observado entre 1989, 1996 e 1997 no que diz respeito ao número de alunos matriculados na Habilitação em Técnico em Enfermagem (crescimento relativo da ordem de 155,3%). Este crescimento pode ser visto como decorrente de uma ação desencadeada pelo COREN¹³ em janeiro de 1996, referendada pelo Conselho Federal de Medicina (Resolução 1490 de 13/2/98), que preconiza que “as instrumentadoras cirúrgicas somente poderão exercer esta função se tiverem alguma qualificação na área da saúde, ou que tenham, no mínimo, habilitação em Auxiliar ou Técnico de Enfermagem”. Esta recomendação pode, portanto, explicar este crescimento da demanda junto à Habilitação em Técnico de Enfermagem, no âmbito do Ensino Médio.

¹³ COREN (Conselho Regional de Enfermagem).

O gráfico 25, ilustra os dados apresentados na Tabela 17.

Gráfico 25

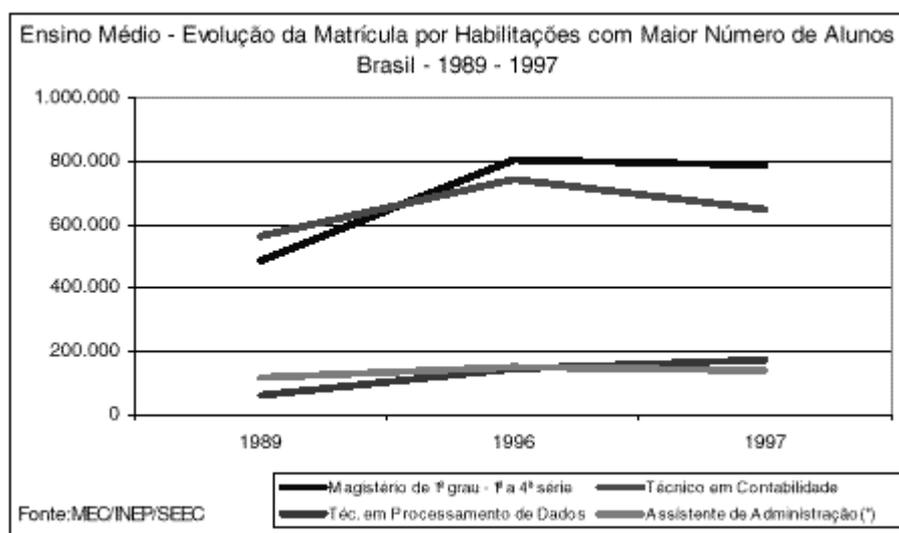


Tabela 17

**Ensino Médio - Matrícula Inicial na Habilitação Magistério
Brasil e Regiões - 1989-1997**

Região/Habilitação	Matrícula Inicial						Crescimento Relativo (%) 1989/97
	1989	%	1996	%	1997	%	
Brasil	516.762	100,0	839.487	100,0	826.574	100,0	60,0
Magistério do Pré-Escolar	4.611	0,9	14.469	1,7	18.326	2,2	297,4
Magistério de 1º grau - 1ª a 4ª série	488.357	94,5	802.975	95,7	786.501	95,2	61,1
Mag. do 1º grau - Estudos Adicionais	23.794	4,6	22.043	2,6	21.747	2,6	-8,6
Norte	42.775	100,0	102.603	100,0	113.676	100,0	165,8
Magistério do Pré- Escolar	21	0,0	1.250	1,2	41	0,0	95,2
Magistério do 1º grau - 1ª a 4ª série	41.646	97,4	99.456	96,9	112.570	99,0	170,3
Mag. do 1º grau - Estudos Adicionais	1.108	2,6	1.897	1,8	1.065	0,9	-3,9
Nordeste	227.893	100,0	285.921	100,0	304.206	100,0	33,5
Magistério do Pré-Escolar	1.998	0,9	1.085	0,4	1.763	0,6	-11,8
Magistério de 1º grau - 1ª a 4ª série	208.579	91,5	276.538	96,7	291.207	95,7	39,6
Mag. do 1º grau - Estudos Adicionais	17.316	7,6	8.298	2,9	11.236	3,7	-35,1
Sudeste	136.419	100,0	300.276	100,0	271.559	100,0	99,1
Magistério do Pré-Escolar	1.759	1,3	10.542	3,5	14.658	5,4	733,3
Magistério de 1º grau - 1ª a 4ª série	131.665	96,5	279.495	93,1	251.177	92,5	90,8
Mag. do 1º grau - Estudos Adicionais	2.995	2,2	10.239	3,4	5.724	2,1	91,1
Sul	68.507	100,0	109.229	100,0	94.138	100,0	37,4
Magistério do Pré-Escolar	667	1,0	810	0,7	1.627	1,7	143,9
Magistério de 1º grau - 1ª a 4ª série	67.127	98,0	107.404	98,3	90.085	95,7	34,2
Mag. do 1º grau - Estudos Adicionais	713	1,0	1.015	0,9	2.426	2,6	240,3
Centro-Oeste	41.168	100,0	41.458	100,0	42.995	100,0	4,4
Magistério do Pré-Escolar	166	0,4	782	1,9	237	0,6	42,8
Magistério de 1º grau - 1ª a 4ª série	39.340	95,6	40.082	96,7	41.462	96,4	5,4
Mag. do 1º grau - Estudos Adicionais	1.662	4,0	594	1,4	1.296	3,0	-22,0

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Como já vimos , a partir da análise dos dados contidos na Tabela 16, a Habilitação para o Magistério lidera o número de alunos matriculados em cursos profissionalizantes. Daí, a importância de comentar alguns dados referentes a esta habilitação., constantes da Tabela 17. Tal importância torna-se particularmente oportuna se considerarmos a falta de uma orientação precisa em relação a esta modalidade de ensino, no bojo dos atuais deliberações oficiais que norteiam a Reforma da Estrutura Curricular do Ensino Médio e, concomitantemente, a implantação de um novo tipo de Ensino Profissional para este nível de ensino.

Tomando-se por base o Brasil, observa-se um crescimento de matrículas , na Habilitação para o Magistério de 60% , em média, entre os anos de 1989, 1996 e 1997.

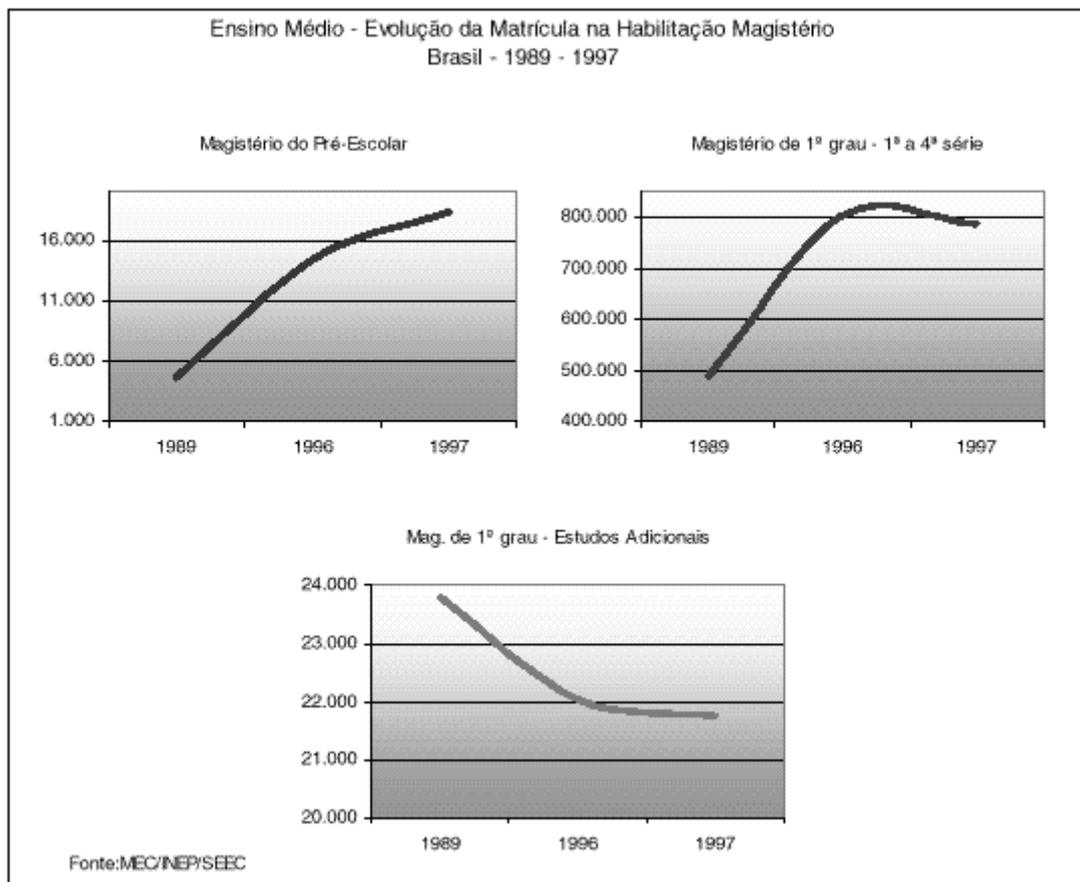
As regiões Norte e Sudeste, também superam a média de crescimento nacional., apresentando um acréscimo proporcional de, respectivamente, 165,8% e 99,1% , no decorrer no período em questão (1989-1997). Uma leitura horizontal da tabela permite concluir que foram nos anos de 96 e 97 que o aumento registrado se acentuou.

Dentre as modalidades de ensino que compõem a estrutura curricular da Habilitação para o Magistério (Magistério do Pré- Escolar ; Magistério de 1º grau - 1ª a 4ª Série; e, Magistério de 1º grau – Estudos Adicionais) a incidência de matrículas recai majoritariamente (95.7%) na modalidade Magistério de 1º grau- 1ª a 4ª série.

A importante habilitação em Pré-escola é absolutamente minoritária em número de matrículas, refletindo, sem dúvida, o pequena expansão desse nível em todo o sistema educacional. No entanto, os dados referentes ao período focalizado mostram um expressivo crescimento relativo dessa modalidade em todo o Brasil (mais 297,4%), principalmente nas regiões Sudeste (mais 733,3%) e Sul (mais 143,9%). A única exceção no panorama de crescimento da habilitação é o Nordeste, com decréscimo de 11,8% no período.

O Gráfico 26 permite uma boa visualização das considerações anteriores.

Gráfico 26



14) Número de Estabelecimentos e Número de Alunos, segundo a existência de Laboratório de Informática

Tabela 18

Ensino Médio - Número de Estabelecimentos e Número de Alunos, segundo a Existência de Laboratório de Informática e/ou Laboratório de Ciências - Brasil e Unidades da Federação - 1997

Unidade da Federação	Total de Estabelecimentos	Total de Alunos	Laboratório de Informática				Laboratório de Ciências			
			Estabelecimentos		Alunos		Estabelecimentos		Alunos	
			Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Brasil	16.633	6.405.057	4.652	28,0	1.864.134	29,1	8.240	49,5	3.907.798	61,0
Norte	1.077	435.160	181	16,8	95.912	22,0	223	20,7	147.415	33,9
Rondônia	153	38.589	27	17,6	7.340	19,0	46	30,1	14.822	38,4
Acre	38	17.551	11	28,9	4.134	23,6	11	28,9	6.012	34,3
Amazonas	189	93.193	39	20,6	23.738	25,5	39	20,6	35.973	38,6
Roraima	39	13.781	6	15,4	3.667	26,6	19	48,7	11.334	82,2
Pará	397	199.759	71	17,9	46.769	23,4	71	17,9	58.614	29,3
Amapá	44	22.849	7	15,9	3.483	15,2	16	36,4	11.826	51,8
Tocantins	217	49.438	20	9,2	6.781	13,7	21	9,7	8.834	17,9
Nordeste	4.063	1.353.691	746	18,4	292.713	21,6	848	20,9	453.821	33,5
Maranhão	376	144.667	56	14,9	22.569	15,6	45	12,0	35.743	24,7
Piauí	237	63.518	35	14,8	12.883	20,3	91	38,4	31.237	49,2
Ceará	547	201.820	142	26,0	71.818	35,6	110	20,1	60.093	29,8
Rio Grande do Norte	292	89.655	45	15,4	15.514	17,3	59	20,2	38.208	42,6
Paraíba	387	89.262	63	16,3	24.039	26,9	96	24,8	37.059	41,5
Pernambuco	819	282.542	166	20,3	63.635	22,5	175	21,4	88.264	31,2
Alagoas	215	61.169	50	23,3	17.991	29,4	38	17,7	18.690	30,6
Sergipe	160	50.802	35	21,9	13.492	26,6	44	27,5	26.068	51,3
Bahia	1.030	370.256	154	15,0	50.772	13,7	190	18,4	118.459	32,0
Sudeste	7.332	3.140.823	2.525	34,4	947.612	30,2	4.751	64,6	2.254.533	71,8
Minas Gerais	1.920	660.575	420	21,9	167.545	25,4	1.217	63,4	472.897	71,6
Espirito Santo	319	136.166	89	27,9	41.665	30,6	97	30,4	59.166	43,5
Rio de Janeiro	1.414	525.794	693	49,0	228.224	43,4	600	42,4	255.176	48,5
São Paulo	3.679	1.818.288	1.323	36,0	510.178	28,1	2.837	77,1	1.467.294	80,7
Sul	2.654	1.018.324	855	32,2	395.016	38,8	2.016	76,0	860.302	84,5
Paraná	1.005	426.306	309	30,7	168.969	39,6	829	82,5	379.257	89,0
Santa Catarina	720	204.535	205	28,5	81.503	39,8	414	57,5	144.029	70,4
Rio Grande do Sul	929	387.483	341	36,7	144.544	37,3	773	83,2	337.016	87,0
Centro-Oeste	1.507	457.059	345	22,9	132.881	29,1	402	26,7	191.727	41,9
Mato Grosso do Sul	354	79.756	71	20,1	15.625	19,6	96	27,1	32.225	40,4
Mato Grosso	360	80.920	69	19,2	13.464	16,6	76	21,1	19.828	24,5
Goiás	662	193.980	132	19,9	53.711	27,7	119	18,0	50.260	25,9
Distrito Federal	131	102.403	73	55,7	50.081	48,9	111	84,7	89.414	87,3

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Embora, por meio da Tabela 18, não seja possível identificar a distribuição de recursos de Informática e de Laboratórios segundo a rede ou a dependência administrativa, seus números mostram que a estrutura didática mínima, consensualmente considerada indispensável para o Ensino Médio do século XXI, está ausente da maioria das escolas e distante de grande parte dos alunos.

Tomando-se o conjunto do País, os números indicam que Laboratórios de Informática devem estar distribuídos mais ou menos homogeneamente entre escolas de grande porte e escolas menores, uma vez que porcentagem de estabelecimentos que contam com tais laboratórios (28%) e a porcentagem de alunos que dispõem desse equipamento (29,1%) estão muito próximos. De todo modo, menos de 1/3 das escolas brasileiras e menos de 1/3 de seus estudantes convivem com tais recursos.

Quanto aos Laboratórios de Ciências, os mesmos parecem estar alocados, considerando-se o Brasil como um todo, em escolas com maior contingente de alunos, pois, os números, explicitados na Tabela 19, são os seguintes: 49,5% dos estabelecimentos de todo País contam com tais laboratórios e atendem 61,0% de todos os estudantes do ensino médio.

Os piores índices quanto a equipamentos – seja de Informática, seja de Ciências – estão nas regiões Norte e Nordeste. No Norte, chama a atenção a situação de Tocantins, onde menos de 10% das escolas possuem os recursos aqui focalizados, atendendo apenas 13,2% dos alunos em estabelecimentos dotados de laboratórios de Informática e 17,9% em escolas com equipamentos de Ciências. Essas são as taxas mais baixas do País.

No Nordeste, é de se notar que o Piauí, o estado mais pobre da região, atende quase 50% de seus alunos de ensino médio em estabelecimentos que possuem laboratórios de Ciências. Nesse mesmo estado, é de 20,3% a taxa de estudantes que contam com equipamentos de Informática em suas escolas. Essa situação, apesar de precária, ainda é melhor do que a da Bahia, onde apenas 13,7% dos alunos dispõem dos recursos de Informática e onde é de apenas 32,0% a porcentagem de estudantes que freqüentam escolas dotadas de laboratórios de Ciências.

Ainda no Nordeste, é interessante destacar o Ceará. Lá, ao contrário do que acontece no resto do País (exceto em Goiás)¹⁴, é maior a porcentagem de alunos atendidos em

¹⁴ Em Goiás, há predominância do número de alunos atendidos em escolas com laboratório de Informática. Todavia, o número de escolas com laboratórios de Ciências é maior do que o número de escolas equipadas com recursos de Informática.

escolas equipadas com recursos de Informática (35,6%), do que a porcentagem daqueles que dispõem, em suas escolas, de equipamentos de Ciências (29,8%). Ainda naquele estado, se atentarmos para o número de escolas em cada categoria (com Informática e com laboratórios de Ciências), registraremos também a predominância dos recursos de computação; ou seja, das 547 escolas do estado, 142 (25,0%) estão na primeira categoria e 110 (ou 20,1%) na segunda. Essa situação pode estar indicando uma prioridade política e pedagógica do estado um tanto diferenciada, em relação à grande maioria das outras unidades federativas.

O Sul supera o Sudeste tanto em porcentagem de alunos atendidos em estabelecimentos com Laboratórios de Informática (38,3% no Sul, contra 30,2% no Sudeste), quanto em porcentagem de alunos que contam com equipamentos de Ciências em suas escolas (84,5% no Sul, contra 71,8%) no Sudeste). Se computarmos o número de estabelecimentos equipados, o Sul também está em melhor situação do que o Sudeste quanto a recursos para Ciências; isto é, 84,5% das escolas do Sul possuem laboratórios de Ciências, contra 71,8% das escolas do Sudeste é apenas ligeiramente superior à do Sul: 34,4% das escolas do Sudeste são dotadas de recursos de computação, contra 32,2% no Sul.

No Sudeste, considerando-se tanto porcentagem de escolas, quanto porcentagem de alunos, o Rio de Janeiro está em melhor situação do que São Paulo no que concerne a equipamentos de Informática: no Rio, 49% das escolas e 43,4% dos alunos contam com tais recursos; em São Paulo, esses números são, respectivamente, 36% e 28,1%. Entretanto, no item “laboratório de Ciências”, São Paulo está bem melhor do que o Rio, pois 80,7% dos alunos paulistas e 77,1% das escolas do estado dispõem de tal equipamento. Essas porcentagens, no Rio, são, respectivamente, 48,5% e 42,4%.

Ainda no Sudeste, é de se notar que Minas Gerais está em situação inferior ao Espírito Santo no que diz respeito à Informática: apenas 21,9% das escolas mineiras e 25,4% de seus alunos contam com esse recurso. Esses números, no Espírito Santo, são respectivamente, 27,9% e 30,5%. Por outro lado, em relação a laboratórios de Ciências,

Minas, na região, só está abaixo de São Paulo: 64,8% de suas escolas estão equipadas e 71,8% dos alunos do estado estudam em tais escolas.

Se não computarmos o Distrito Federal, as porcentagens da região Centro-Oeste – referentes a escolas equipadas com laboratórios de Ciências e Informática e a alunos atendidos em tais escolas – estão mais próximas dos números do Norte e Nordeste, do que do Sul e Sudeste.

O Distrito Federal apresenta o melhor quadro do País: mais da metade de suas escolas e quase a metade de seus alunos contam com equipamentos de Informática; com relação a laboratórios de Ciências, 84,7% das escolas e 87,3% dos alunos dispõem desses recursos.

Os Gráficos 27 e 28 ilustram bem algumas das considerações acima desenvolvidas.

Gráfico 27

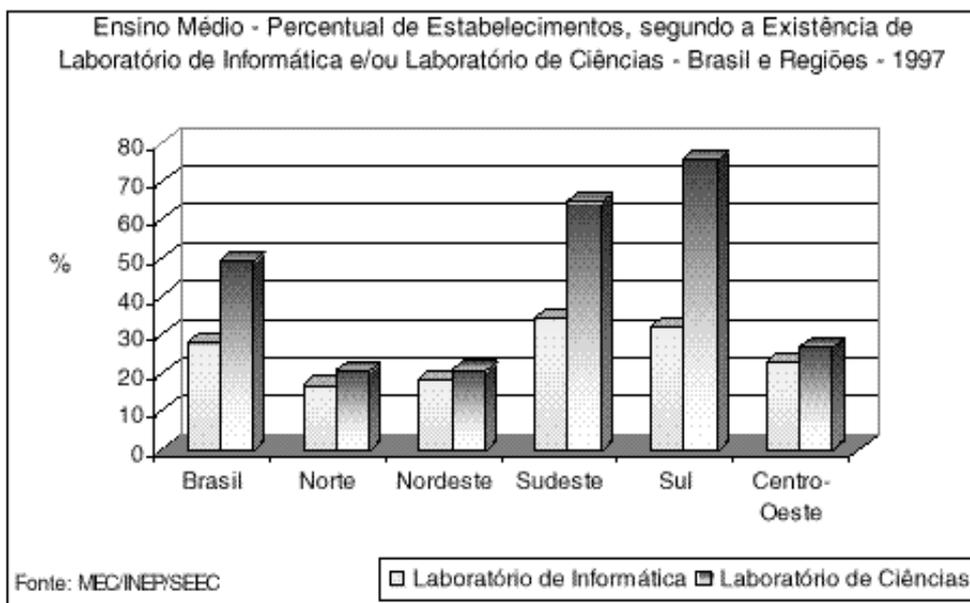
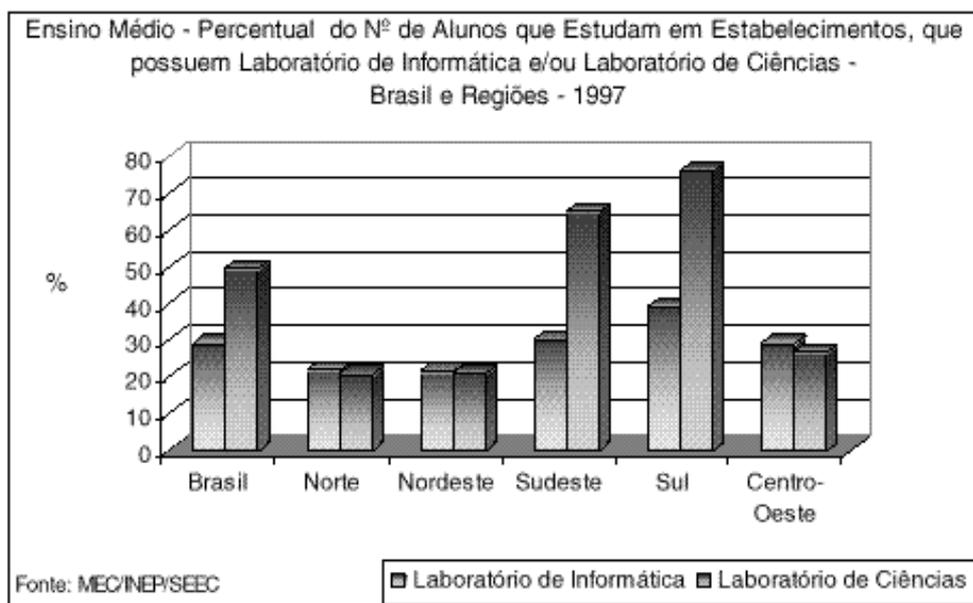


Gráfico 28



CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, vamos retomar, de forma resumida, algumas análises desenvolvidas nos itens anteriores, principalmente aquelas que sugerem necessidade de melhoria da qualidade dos indicadores e aquelas que questionam determinadas metas estabelecidas para a reforma do Ensino Médio.

No primeiro caso, devemos considerar que tem havido grande avanço tanto na coleta, sistematização e divulgação das informações, quanto nos cruzamentos de dados. Um exemplo nesse sentido é o fornecimento de números sobre matrículas iniciais, cruzadas por turno e por sexo, informações essas que, há alguns anos, não estavam disponíveis.

No entanto, algumas lacunas são registradas. A inexistência de dados que relacionem sexo e aprovação/reprovação não permite que se lide convenientemente com a “feminização” do Ensino Médio. Como já discutimos, a menor presença dos meninos no nível pós-fundamental pode estar indicando não somente o abandono precoce da escola para ingresso no mercado de trabalho, mas também a maior oposição da cultura escolar aos padrões de socialização masculina, gerando reprovações, repetências e evasão. A caracterização exata da reprovação/aprovação, segundo o sexo, daria mais elementos para a abordagem do problema. Evidentemente, a coleta dessas informações deveria estender-se ao Ensino Fundamental, uma vez que, como já salientamos, é lá que parece estar o gargalo da escolarização masculina.

Seria importante, ainda, que estivesse disponível a informação “sexo x turno” para se discutir se, de fato, a maior participação das mulheres no Ensino Médio tenderia a minimizar a demanda por vagas no noturno.

Também, como já registramos, há necessidade de aperfeiçoamento das estatísticas do MEC referentes à distribuição de recursos de Informática e de Laboratórios.

Atualmente, tais dados estão disponíveis apenas de forma agregada. Nesse aspecto, torna-se importante que venham também discriminados segundo a dependência administrativa, a fim de que se possa avaliar a posição de cada rede.

Outro dado omitido, e que teria grande relevância para adequada orientação de políticas, diz respeito às matrículas no noturno e no diurno relacionadas à condição do aluno no mercado de trabalho. Nesse caso, o importante seria detectar não somente se o jovem está empregado, mas se está procurando emprego, pois a condição de desempregado não altera a classificação do aluno como “trabalhador”. O número de horas dedicadas ao trabalho seria, também, um dado relevante, criando, possivelmente, um forte argumento para a adoção de mudanças na legislação de forma a proteger o trabalhador-estudante.

Ainda, como já enfatizamos, os indicadores referentes à formação docente deveriam ser ampliados, incluindo outras variáveis. Da maneira como explicitados, não se sabe se a formação superior é completa ou incompleta e se está de acordo com as exigências do magistério do Ensino Médio. A omissão dessas informações é de molde a criar uma interpretação otimista da situação da docência na escola média. No entanto, diversas pesquisas têm mostrado (como detalhamos anteriormente) que há uma forte tendência à desprofissionalização do magistério, com atribuição de aulas a estudantes universitários e a profissionais diplomados nas mais diversas carreiras. As estatísticas, portanto, devem ser melhoradas para incluir informação a respeito da especificidade da formação superior declarada.

Adicionalmente, se os dados populacionais fossem divulgados de forma agregada segundo a faixa etária ideal para frequência ao Ensino Médio (15/17 anos), haveria enriquecimento das análises que tentam dimensionar a oferta, a demanda e a taxa de escolarização. Outras informações, como situação de trabalho, nível de instrução e renda, específicas para o segmento em questão, também facilitariam a construção de políticas para o nível secundário. Evidentemente, para tal ampliação estatística, haveria

necessidade da obtenção de colaboração de órgãos como o IBGE e de outros institutos voltados a estudos demográficos.

O privilegiamento da faixa etária 15/17 anos nos cortes estatísticos se justifica, principalmente, pelo processo de correção do fluxo escolar em andamento no País. A continuar tal correção, em poucos anos haverá uma menor defasagem série/idade, podendo-se, efetivamente, calcular a demanda potencial por meio da comparação entre matrículas e total da população na faixa correspondente.

Outra face da composição do contingente populacional brasileiro, que tem sido negligenciada nas estatísticas educacionais, diz respeito às características étnico-raciais dos alunos. Seria importante que esse dado constasse dos números divulgados pelo MEC, de modo que os esforços para a democratização da educação pudessem também ser avaliados pela evolução da matrícula dos jovens negros (pretos e pardos) do Ensino Médio.

Por outro lado, há aspectos analisados que sugerem o questionamento de algumas das recentes propostas para o Ensino Médio. Um deles diz respeito à disposição do Plano Nacional de Educação de apenas conservar o número de vagas no noturno, sem perspectivas de aumento nos próximos anos. Como já discutimos anteriormente neste texto, tal diretriz está baseada na arriscada aposta de que será possível alavancar as matrículas na escola média apenas por meio de inscrições no período diurno. Embora a “diurtunização” do Ensino Médio seja extremamente válida e desejável, tanto do ponto de vista pedagógico, como do social, a aguda dificuldade econômica da maioria das famílias, como já argumentamos, não faz prever que, nos próximos anos, será possível dispensar o trabalho dos adolescentes para mantê-los na escola diurna. Além disso, a penúria fiscal dos estados não permite a projeção de grande investimento na rede física, o que seria essencial para que se sustente a ampliação do Ensino Médio no diurno.

Além disso, a crescente desprofissionalização docente, como já discutimos, não favorece a avançada organização do currículo por áreas de conhecimento, como

prescrito pelas Diretrizes Curriculares. Ou seja, a desprofissionalização, que tem tornado o magistério secundário um “bico” para estudantes universitários e para diplomados em outras áreas, dificultará, sem dúvida, a adoção pela escola de um currículo integrado e flexível, o qual exige, além de alta especialização em disciplinas específicas, formação pedagógica completa e dedicação exclusiva dos professores à escola. Nesse quadro, prevê-se mais gastos para ampliação de horas de planejamento, para trabalho em equipe, além de assistência pedagógica constante aos grupos de professores em cada escola. Somente uma opção política por real valorização do magistério e por investimento significativo no Ensino Médio permitirá a implementação efetiva das Diretrizes mencionadas. A persistir a atual exigüidade de recursos (com as conhecidas conseqüências de deterioração das condições de trabalho e desprestígio profissional crescente do professor), corre-se o risco de que as inovações planejadas sirvam apenas de cobertura para um maior barateamento do currículo, o que, evidentemente, contraria, de forma absoluta, os objetivos da nova proposta.

Outro aspecto das políticas educacionais, revelado pelos números analisados, relaciona-se ao rápido movimento de regularização do fluxo escolar. Nesse cenário, como já argumentamos, é necessário que a “progressão continuada” (pedagogicamente avançada e economicamente onerosa) não seja substituída pela “promoção automática”, cuja sedutora facilidade melhora rapidamente os índices estatísticos, mas não contribui em nada para o avanço do nível cognitivo do conjunto dos alunos.

As análises realizadas permitem concluir que o aumento considerável das matrículas no Ensino Médio, principalmente nas redes estaduais, está exigindo o aprimoramento de estudos projetivos para que se possa aquilatar o ritmo do crescimento da demanda. A urgência de maior investimento - financeiro e técnico - nas redes estaduais é o imperativo mais contundente que se deduz a partir das estatísticas básicas detalhadas neste trabalho. Além disso, a predominância dos cursos noturnos, que deve, infelizmente, permanecer por muito tempo ainda, indica a necessidade de que o Ensino Médio se reestruture para o atendimento das peculiaridades do trabalhador-estudante.